



A SEMÂNTICA DO PASSADO COMPOSTO EM PORTUGUÊS (PROJETO DE PESQUISA)

Rodolfo Ilari¹

Neste projeto, retomo um tema que foi objeto de uma comunicação apresentada no II Congresso Nacional de Linguística, realizado em 1983 na PUC do Rio de Janeiro. Naquela comunicação, eu centrei minhas atenções em dois problemas que se encontram na tentativa de formular em termos explícitos o papel semântico do Passado Composto, problemas que consistem, mais precisamente, 1) em formalizar seu sentido iterativo (que contrasta com o das demais perífrases “de tempo” construídas mediante o auxiliar *ter*, mas é normal para aquela forma quando o verbo de sentido pleno indica ação), e 2) em manter, nessa formulação, a possibilidade de relacionar o sentido iterativo com o sentido durativo que, embora menos comum, é possível quando o predicado indica estado.

Na comunicação de 1983, esses dois problemas ou “desafios” vinham formulados com alguma clareza, mas pouco era feito no sentido de sua superação; por outro lado, aquele texto sugeria que tudo mais, na descrição semântica do passado composto português é questão de simples rotina, e isto é certamente falso. A existência de impasses reconhecidos, a possível existência de outros e uma atenção maior à maneira como os vários aspectos da significação do passado composto se articulam justificam a retomada do tema; o propósito, aqui, era o de chegar a uma descrição formal unificada e simples da semântica daquela forma; é possível que este trabalho faça menos do que isso, por exemplo porque as soluções aventadas para os vários problemas parciais não se juntam; é possível também que fique simplesmente ampliado o repertório de impasses.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1975). Tem pós-doutorado em Semântica pela University of California Berkeley, nos Estados Unidos (1981 - 1983). Atuou como professor titular de Português no Instituto de Espanhol, Português e Estudos Latino-americanos da Universidade de Estocolmo. É professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas.



1. Intuições compartilhadas

Em termos intuitivos, o grau de acordo sobre as possíveis interpretações do passado composto português é bastante grande. Embora essa forma tenha constituído o tema de uma polêmica entre Gonçalves Viana (que escreveu a respeito no final do século XIX) e Paiva Boléo (cujos principal texto sobre o assunto é da década de 1930), o desacordo resulta não da recusa de interpretações propostas, mas da dificuldade de resumir numa fórmula única o papel semântico daquela construção. Para Gonçalves Viana, a construção do Passado Composto é basicamente iterativa; Boléo considera além disso uma interpretação durativa. Abaixo desse patamar de “generalidade”, os fatos e as interpretações são os mesmos. Assim, para quem não esteja interessado em definir essências, é possível concordar em grande parte com ambos os autores, retomando deles, sem conflito, algumas observações preciosas e básicas sobre as características semânticas daquela perífrase.

Dou a seguir uma lista de observações semânticas sobre o Passado Composto Português. Nessa lista, as observações 1. a 4. retomam os autores citados e são aquelas que mais claramente estabelecem a excepcionalidade daquela construção, na série dos tempos compostos com *ter*. São também aquelas que mais claramente estabelecem seu contraste com os demais tempos do português e com as construções análogas das demais línguas românicas. As observações 5.-7. captam propriedades semânticas que escapariam naturalmente àqueles autores, ou por serem excessivamente óbvias (dispensando por isso mesmos os comentários de uma gramática não inteiramente explícita) ou por exigirem conceitos ainda não disponíveis em suas respectivas épocas.

1. O passado composto português exprime iteração, cf.

(1) Ele tem-nos visitado várias vezes.

(2) * Ele tem-nos visitado uma vez.

2. Exprime iteração independentemente de estar presente na oração um advérbio indicando frequência:

(3) Ele nos visitou (= uma vez? = várias vezes?)

(4) Ele nos visitou várias vezes.

(5) Ele nos tem visitado (= mais de uma vez)

3. Assume eventualmente um valor de continuidade:

(6) Tenho estado doente.

4. A repetição ou continuidade a que se refere o passado composto dizem respeito a um

período que, começando no passado, alcança o momento de fala e, eventualmente, o ultrapassa:

(7) *Le Monde* tem sido entregue em São Paulo pelo correio aéreo desde 1927.

(8) **Le Monde* tem sido entregue pelo correio aéreo desde 1923 até 1968.

5. A distinção de um valor durativo e um valor iterativo tem a ver com características aspectuais do predicado, sendo relevante a *Aktionsart* do verbo:

(9) O Fernando tem publicado na série Novos Escritores da Ática.

(10) A este governo tem faltado vontade política para a solução dos problemas.

6. O passado composto é inapropriado não só para descrever fatos que ocorreram uma única vez, mas ainda para descrever fatos que se repetiram, se se quer ao mesmo tempo explicitar quantas vezes o fato se repetiu:

(11) * Eles têm vindo três vezes (cf. *fr.* Ils sont venus trois fois, *it.* Sono venuti tre volte)

(12) Eles têm vindo milhares de vezes

(13) Eles têm vindo muitas vezes

7. A interpretação e a gramaticalidade de orações no passado composto são afetadas pela quantificação dos sintagmas nominais presentes na sentença, e pela ocorrência de adjuntos:

(14) O surto de meningite tem matado muita gente.

(15) * O surto de meningite tem matado uma pessoa

(16) O surto de meningite tem matado uma pessoa a cada três horas, nesta cidade

(14) * O surto de meningite tem matado a zeladora

(15) * O surto de meningite tem matado Pedro, Carlos e José.

Os pontos 1. a 7. estão longe de esgotar o conjunto de observações que, juntas, constituiriam uma análise intuitiva completa do Passado Composto Português. Assim, um dos encaminhamentos possíveis para a presente discussão consistiria em acumular dados, buscando um levantamento exaustivo de condições de co-ocorrência, situações de uso e interpretações de sentenças contendo o passado composto. Seguiremos ao invés disso um outro caminho - reconstituir formalmente as intuições disponíveis, de modo a tornar calculável a interpretação das sentenças em que o passado composto intervém.

Na prática, nada se perde ao aplicar esta orientação porque, dialogando com uma metalinguagem regimentada, seremos obrigados a uma série de precisações, e estaremos fazendo

uma série de predições que tornam bem mais rigorosa a exigência de adequação descritiva; mas a construção do sentido das sentenças no passado composto como um cálculo tem suas próprias exigências e obriga-nos a definir alguns dispositivos formais, mediante desenvolvimentos que, para o linguista descritivo poderiam parecer digressões.

Na comunicação de 1983, o quadro formal apontado como referência para a definição dos “dois desafios” era a Semântica de Montague representada pelo *Proper Treatment of Quantification in English*. Mantenho essa referência. Mas desde já pode-se antecipar que certos aspectos fundamentais na Semântica de Montague (por exemplo, seu caráter intensional) não são relevantes para nosso estudo. Por outro lado, as características do passado composto português forçam o recurso a certos dispositivos não previstos no PTQ, mas que podem ser desenvolvidos, com (relativa) facilidade em seu formalismo: como se verá, um desses dispositivos é a quantificação sobre eventos; outro a incorporação da noção de intervalo, acarretando uma compreensão mais articulada da localização relativa dos tempos de evento, referência e fala. No caso do passado composto, essa localização é mais complexa que para outras formas, não podendo reduzir-se à álgebra de instantes imaginada por Reichenbach.

A próxima secção (Secção 2) será dedicada a considerar algumas maneiras possíveis de incorporar os tempos (no caso, o passado) à descrição semântica, pois o passado composto é, antes de mais nada, um passado. A seguinte (Secção 3) discute a maneira como se pretende representar formalmente cada uma das propriedades do passado composto que foram descritas intuitivamente nos itens 1.- 7. acima, e examina algumas sugestões disponíveis na bibliografia linguística. Fica para as duas últimas secções (Secção 4 e secção 5) a tentativa de articular essas soluções parciais num conjunto coerente de regras, cuja forma mais geral é dada pela Gramática de Montague.

2. O tratamento dos tempos / o passado

Para incorporar o tempo ao formalismo semântico, a bibliografia de inspiração lógica tem lançado mão de vários dispositivos formais, igualmente eficazes do ponto de vista técnico, mas “filosoficamente” distintos na medida em que remetem a ontologias diferentes ou lembram de maneira mais ou menos exata um ou outro dos formatos classicamente propostos para a teoria semântica. Assim, para traduzir a idéia de passado que reconhecemos em

(16) Colombo descobriu a América

podemos, sem grandes diferenças para a representação de nossas intuições sobre os valores estritamente temporais das formas, optar por uma das alternativas descritas a seguir (Cp. McCawley 1981, pp.340 ss.):

(a) acrescentar aos argumentos do predicado um argumento extra, que indica por definição o momento em que se dá a descoberta e, além disso, localizar esse momento como anterior ao

de fala mediante uma sentença à parte. Por essa alternativa, (16) passa a ser traduzida como

$$(16) a. \quad D(c,a,t) \ \& \ A(t,f) \qquad D = \text{descobrir}$$

$$\qquad \qquad \qquad \qquad \qquad \qquad A = \text{anterior}$$

(b) definir um operador R_t que, aplicado a uma sentença em que se preserva a poliadicidade habitual, informa que a proposição correspondente é verdadeira no momento t . A tradução de (16) seria então

$$(16) b. \quad R_t D(c, a) \ \& \ A(t,f) \qquad \text{Idem}$$

(c) entender que qualquer sentença, independentemente de trazer marcas gramaticais de presente, passado ou futuro, só resulta verdadeira ou falsa quando julgada a partir de determinações contextuais bastante precisas. Formalmente, esta idéia leva a entender o sentido de uma sentença como uma função que, tendo por contra-domínio (isto é, como possíveis valores) os valores de verdade $\{V \text{ e } F\}$ tem por domínio (isto é, como argumentos) índices, em que uma das coordenadas é precisamente um momento do tempo. Utilizando esta formulação (em que o tempo recebe um tratamento paralelo ao que a “Semântica Geral” de Lewis propõe para os dêiticos e para os mundos possíveis) entender-se-á que (16) é verdadeira se e somente se a sentença “mais simples”

(17) Colombo descobre a América

for verdadeira para algum tempo anterior ao “atual”.

É sabido que a análise propriamente linguística de Montague se aplica a um pequeno fragmento do inglês; dadas as dimensões pequenas do fragmento, é até certo ponto surpreendente que ao tratar dos tempos do verbo Montague se tenha lembrado de incluir precisamente o Present Perfect como exemplo de tempo passado. Seja como for, as regras de que ele lança mão no PTQ para dar conta dessa forma são ao todo quatro - duas para a forma afirmativa e duas para a forma negativa. Aqui, limitar-me-ei a transcrever as duas que tratam da forma afirmativa, mantendo sua numeração original para facilitar o controle do leitor. Trata-se, de acordo com o que se poderia esperar na concepção de gramática de Montague² de:

(a) uma regra sintática, destinada a dar conta da “morfologia das sentenças no Present Perfect, em inglês”. Essa regra é sumária, mas isso era até certo ponto previsível: como se sabe,

² Numa descrição generalíssima, esse modelo compreende três componentes: 1) o primeiro é uma sintaxe das línguas naturais na qual se categorizam expressões elementares e se definem processos pelos quais essas expressões podem ser articuladas sintagmaticamente em expressões maiores; 2) o segundo componente é constituído por uma linguagem auxiliar de inspiração lógica, *IL*, com uma sintaxe própria e uma semântica de condições de verdade, isto é, concebida à maneira da teoria dos modelos; mediante procedimentos de tradução, uma ou mais fórmulas de *IL* são colocadas em correspondência com cada uma das fórmulas da língua natural, esclarecendo dessa maneira suas possíveis interpretações e ambiguidades; 3) podemos por fim encarar como um componente à parte os enunciados metalinguísticos que esclarecem aspectos da interpretação das fórmulas de *IL*, quando estes não coincidem com os procedimentos *standard* de interpretação da lógica.

os escritos de Montague são fortemente programáticos: aparentemente, Montague acreditou que a formulação de regras para dar conta da forma final das sentenças da língua natural era uma questão de rotina, menos importante, e por isso ele não implementou este aspecto de sua gramática. Assim, é muito provável que o linguista mais “tradicional” ache decepcionante a regra em questão, (S_{17}), que cria apenas sentenças na terceira pessoa do singular, e deixa completamente em aberto as demais formas que incluiríamos, intuitivamente, no mesmo paradigma.

(b) uma regra “de tradução”, T_{17} , que orienta no sentido de construir sintaticamente fórmulas não mais da realização de determinadas operações sintáticas, não mais da língua natural, mas de *IL*, a Linguagem Intensional que serve a Montague para calcular o sentido das sentenças, sem incorrer em ambiguidade. A regra em questão, lembre-se, deveria expressar sem ambiguidades, por meio de fórmulas de *IL*, o sentido de sentenças inglesas afirmativas no Present Perfect de modo que todas as características significativas que se detectam na língua natural a propósito dessas sentenças fossem exibidas (e não meramente intuídas).

Com as observações que precedem, tornam-se talvez legíveis as regras que tratam do passado no PTQ: S_{17} e T_{17} ; para facilitar a compreensão de T_{17} , transcrevo ainda, como U_{17} , a fórmula utilizada por Dowty et. al. (1981, p.115) para definir o operador de passado, P, que aparece em T_{17} (entenda-se essa definição como a regra semântica que permite interpretar sentenças de *IL* contendo P, em termos de outras sentenças que não o contenham).

(S_{17}) Present Perfect:

Se $\alpha \in P_T$ e $\delta \in P_{IV}$, então $F_{14}(\alpha, \delta) \in P_t$

onde $F_{14}(\alpha, \delta)$ é o resultado de escrever o primeiro verbo em δ em sua forma de passado, terceira pessoa do singular; entenda-se ademais que P_T , P_{IV} e P_t são maneiras de denominar as categorias dos sintagmas nominais, dos sintagmas verbais e das orações; e F_{14} denota o décimo quarto modo de composição de expressões, dentre os que a sintaxe torna disponíveis nesse nível;

(T_{17}) Present Perfect:

$F_{14}(\alpha, \delta)$ traduz-se $P \alpha' (\wedge \delta')$

(U_{17}) Present Perfect

Se Φ é uma fórmula, então $P\Phi^{M,i}$ é verdadeira se e somente se há algum i' , anterior a i , tal que $\Phi^{M,i'}$ é verdadeiro,

onde M refere-se a mundos possíveis, e i, i' a momentos (leia-se “ $P\Phi^{M,i}$ é verdadeira” como $P\Phi$ é verdadeira no mundo M e no momento i ”).

Olhando para U_{17} não é difícil perceber que o formalismo utilizado por Montague para

dar conta do Present Perfect inglês é uma variante da terceira solução técnica exposta acima: as letras M e i, usadas em posição de expoente nas regras de U_{17} remetem ao conjunto dos mundos possíveis e ao conjunto dos instantes, e assim ilustram com clareza a idéia de coordenadas e índices. Mas isso não é tudo.

Para uma adequada compreensão das regras acima, convém que nos detenhamos em duas características que poderiam passar despercebidas: a primeira mais visível em (S_{17}), é que Montague caracteriza o passado composto como uma das tantas maneiras disponíveis para “juntar sujeito e predicado formando uma sentença”; a segunda é que, ao traduzir sentenças de Present Perfect em *IL*, ele dá ao operador de passado o escopo mais amplo possível, de modo que $\alpha' (^{\delta'})$ fique no escopo de P.

Em si mesmas, essas duas características nada tem a ver com a questão dos tempos, mas sua inclusão foi certamente proposital por parte de Montague, já que, articuladas com os demais dispositivos que dão conta da relação sujeito-predicado, capacitam *IL* para exibir algumas ambiguidades das sentenças temporalizadas das línguas naturais. Para explicar em que consiste esse ganho expressivo em *IL*, adoto aqui o método que me parece mais didático: menciono em primeiro lugar os dois métodos disponíveis no PTQ para tratar de “sujeitos”; trato em seguida da introdução da negação; por fim, mostro como os dois métodos de introduzir sujeitos funcionam em sentenças negativas. O ponto é que algumas ambiguidades envolvendo tempos são análogas a algumas ambiguidades que costumam ser apontadas nas sentenças negativas: podemos então usar estas últimas para compreender melhor, por analogia, o tratamento que Montague deu ao Present Perfect. É claro que esse desvio “didático” não deixa de ser uma digressão, e o leitor que assim queira poderá evitá-la, saltando diretamente para o penúltimo parágrafo desta secção.

No PTQ há dois “métodos” para formular a relação sujeito-predicado. O primeira consiste em combinar diretamente uma expressão nominal (um T) e uma expressão verbal (um IV) dando origem a uma oração; é ilustrada pelos exemplos abaixo:

- (18)
- ```

 um homem dança
 ┌───────────┴───────────┐
 um homem dançar

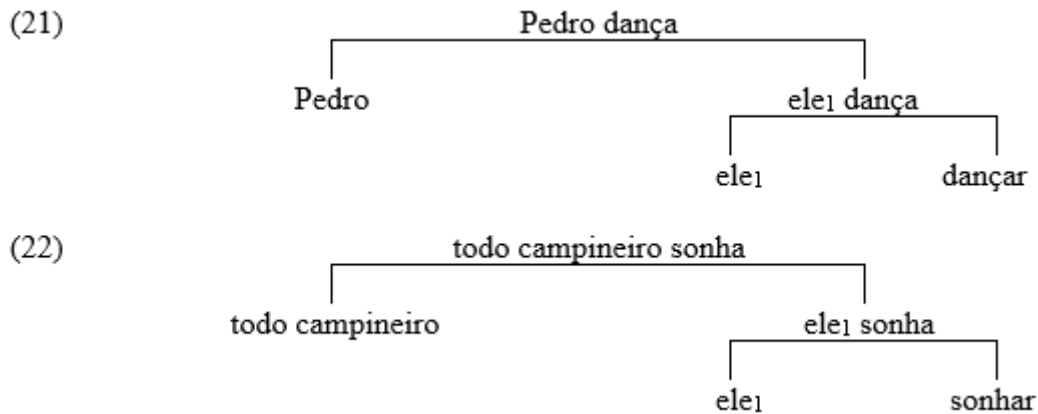
```
- (19)
- ```

      Pedro não dança
      ┌───────────┴───────────┐
      Pedro                   dançar
  
```
- (20)
- ```

 ele1 pula corda
 ┌───────────┴───────────┐
 ele1 pular corda

```

O segundo método é exemplificado em (21) e (22) e consiste em lançar mão de uma expressão nominal (*Pedro, um homem, todo habitante de Campinas*) como substituto de um pronome indexado gerado (pelo primeiro método) em posição inicial de oração.



A utilização desse método, como se pode perceber, nada mais é do que a ligação de variáveis da lógica elementar, necessária para dar conta de uma série de casos de correferência; assim, é pelo segundo método, e não pelo primeiro, que se obtém uma interpretação correta de sentenças como “Todo imbecil se promove” “um homem canta e dança”, que não significam, obviamente, “todo imbecil promove todo imbecil” nem “um homem canta e um homem dança”.

No PTQ, as regras que tratam de sentenças no Present Perfect tem exatamente o mesmo formato das regras que dão conta das sentenças negativas no presente (na realidade, são casos da mesma regra (S<sub>17</sub>) e (T<sub>17</sub>) que transcrevi acima):

(S<sub>17</sub>) Negação: Se  $\alpha \in P_T$  e  $\delta \in P_{IV}$ , então  $F_{11}(\alpha, \delta) \in P_t$

onde:  $F_{11}(\alpha, \delta) = \alpha, \delta'$  e  $\delta'$  é o resultado de escrever o primeiro verbo em  $\delta$  em sua forma de terceira pessoa singular, negativa. Entenda-se ademais que  $P_T$ ,  $P_{IV}$  e  $P_t$  são maneiras de denominar as categorias dos sintagmas nominais, dos sintagmas verbais e das orações; e  $F_{11}$  denota o décimo primeiro modo de composição de expressões, dentre os que a sintaxe torna disponíveis nesse nível;

(T<sub>17</sub>) Negação:  $F_{11}(\alpha, \delta)$  traduz-se  $\neg \alpha' (\wedge \delta')$

(U<sub>17</sub>) Negação:

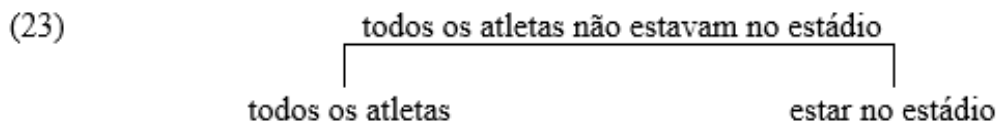
Se  $\Phi$  é uma fórmula, então  $\neg \Phi^{M,i}$  é verdadeira se e somente se  $\Phi^{M,i}$  for falsa.

onde “ $\Phi^{M,i}$  é verdadeira” lê-se “ $\Phi$  é verdadeira no mundo M e no momento i”).

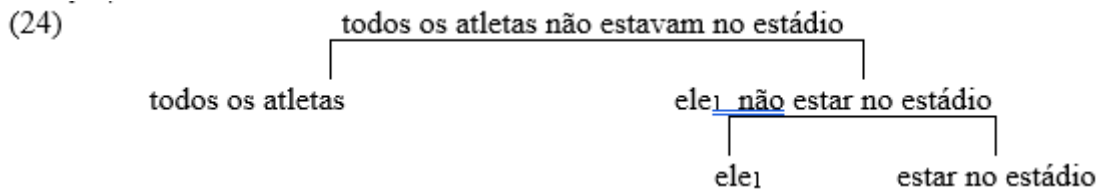
Definindo a regra que constrói orações negativas como uma regra de formação de sentenças, e dispondo das duas maneiras descritas acima de ligar sujeitos e predicados, ganha-se a possibilidade de distinguir os dois sentidos de “todos os atletas não estavam no estádio no momento da explosão”: numa das suas interpretações, essa oração é a negação de uma



generalização; no outro é a generalização de uma negação:



= por ( $T_{17}$ ) a “É falso que (todos os atletas estavam no estádio)” (= negação da generalização)



= por ( $T_{17}$ ) a “Vale para todos os atletas que(eles não (estavam no estádio)) (= generaliz. da negação).

A interação dos quantificadores com os tempos gera ambiguidades semelhantes às que se podem apontar para todos e a negação. Assim,

(25) Todos os generais já foram soldados rasos

poderia ser entendida como (26) ou como (27)

(26) Já houve um momento em que todos os generais eram soldados rasos

(27) Para todo general, já houve um momento em que ele era soldado raso.

e

(28) O diretor de publicações sempre foi um linguista

tanto pode descrever o atual diretor (informando no limite que ele nasceu linguista) como pode expressar uma regularidade observada no recrutamento dos vários diretores de publicações que já existiram. Essas ambiguidades são, em suma, reais, e é um dos méritos da formulação de Montague permitir expressá-las. É claro, contudo, que apesar desses méritos a formulação de Montague não é adequada para o Present Perfect do inglês e muito menos para os sentidos que o passado composto português assume nos exemplos portugueses enumerados até aqui. Para chegar mais perto de uma descrição semântica correta do Passado Composto do Português precisaremos, portanto, substituir as regras de Montague por regras especiais.

A primeira dessas regras, correspondente a ( $S_{17}$ ) de Montague é à primeira vista banal: sintaticamente, podemos imaginar o passado composto como mais uma maneira de ligar o sujeito e o predicado de uma oração, algo que fica dito em ( $S_{PC}$ ):

( $S_{PC}$ ) Se  $\alpha \in P_T$  e  $\delta \in P_{IV}$ , então  $F_{PC}(\alpha, \delta) \in P_t$

onde  $F_{PC}(\alpha, \delta)$  é o resultado de escrever o primeiro verbo em  $\delta$  em sua forma de passado composto, terceira pessoa do singular; etc.... e  $F_{PC}$  denota um dos tantos modos de composição de expressões propiciados pela sintaxe.

Decalcando uma segunda vez a proposta de Montague, também parece possível propor uma regra de tradução em que apareça um operador temporal específico para nosso passado composto, algo como

$(T_{PC}) F_{PC}(\alpha, \delta)$  traduz-se PC  $\alpha' (^{\delta})$

A invenção do novo operador PC, por si só, não resolve nenhum problema. Não é mais possível, hoje, evidentemente, dar aos tempos o tratamento programático (e por isso justificadamente superficial) que lhes deu Montague, e nesse sentido o novo operador PC não serve, a não ser como abreviação de uma série de operações semânticas a serem explicitadas. Ao procurar explicitar o que se abrevia através do operador PC é que os problemas realmente começam. E é aqui que entram as observações feitas no início deste texto.

### **3. Determinações semânticas na interpretação do passado composto**

#### **3.1. “O passado composto português exprime iteração”**

Afirmar que “Pedro tem visitado o castelo dos Capuletos” é afirmar, entre outras coisas, que as visitas de Pedro ao castelo dos Capuletos se repetiram no passado. Parece, em outras palavras, que o passado composto exprime pluralização, não no sentido de que o sujeito é necessariamente plural, mas no sentido de que a ação não é única. Mal comparando, há uma espécie quarta proporcional entre o singular e o plural dos nomes, de um lado, e o passado simples e passado composto dos verbos de ação, de outro. Em ambas as oposições há um elemento “não marcado”: é num caso o singular, que pode referir-se a um ou mais objetos; e no outro o passado simples, que registra um fato singular ou um fato repetido. Esta observação ajuda a compreender a oposição que estou tentando estabelecer, mas não é de todo exata:

(29) Houve várias reclamações de telespectadores contra a violência da nova série policial  
é uma paráfrase nominal adequada tanto para (30) como para (31), mostrando que essas duas orações, descrevem, de algum modo, eventos “plurais”:

(30) Vários telespectadores reclamaram...

(31) Vários telespectadores têm reclamado...

Mas (30) e (31) não são sinônimas: somente (30) poderia ser utilizada no dia seguinte ao lançamento da nova série policial para relatar uma reação coletiva da audiência. Para entender a peculiaridade semântica do passado composto, e definir as condições de verdade de PC, é preciso,

em suma, entender pluralização no sentido bastante peculiar de escalonamento de eventos no tempo. Assim, uma primeira aproximação altamente intuitiva das condições semânticas de uma sentença construída com passado composto seria:

(U<sub>pc</sub>) -----

PC  $\alpha' (\wedge \delta')^{M,i}$  é verdadeira no mundo M e no momento i, se e somente se, considerados todos os momentos anteriores ao momento de fala em que  $\alpha' (\wedge \delta')$  se verifica, resulta que esses momentos formam um conjunto não unitário, para cujos elementos vale algum tipo de periodicidade

(U<sub>pc</sub>) diz que, se interpretarmos (32) por referência aos índices descritos em (33), chegaremos à conclusão de que é verdadeira para os mundos I e II, mas não para os mundos III e IV:

(32) Pedro tem visitado a Ilha Porchat.

(33)

| “ Pedro visita a Ilha Porchat ” é verdadeira |              |       |       |       |       |       |   |
|----------------------------------------------|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|---|
|                                              | nos momentos |       |       |       |       |       |   |
| nos mundos                                   | i - 6        | i - 5 | i - 4 | i - 3 | i - 2 | i - 1 | i |
| I                                            | V            | F     | V     | F     | V     | F     | V |
| II                                           | V            | F     | F     | V     | F     | F     | V |
| III                                          | F            | F     | V     | F     | F     | F     | F |
| IV                                           | V            | V     | V     | F     | F     | F     | F |

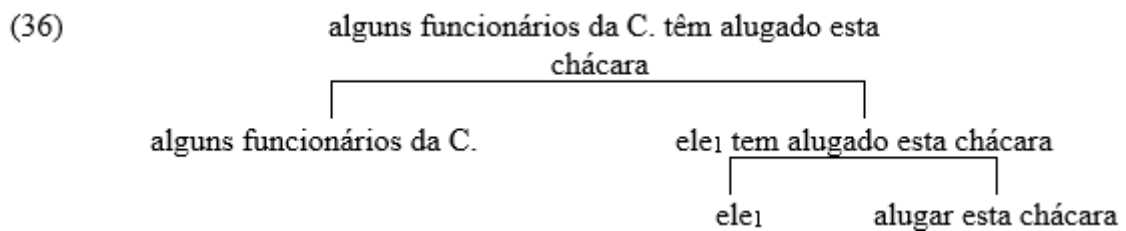
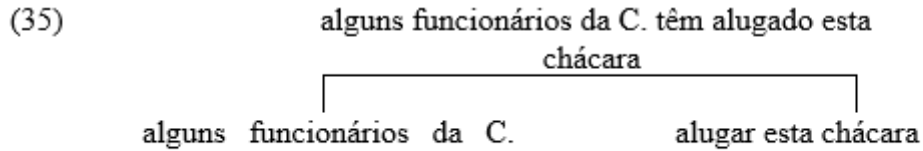
O que falta no mundo III é a repetição; o que falta no mundo IV é o “escalonamento ao longo do tempo” dos momentos em que se realiza “Pedro visita a Ilha Porchat”. No meu modo de entender, esse elemento de “escalonamento no tempo” é distinto da “repetição” propriamente dita, e relaciona-se com aquilo que poderíamos chamar de “período de apuração” da verdade do passado composto; por isso deixo de discuti-lo aqui e trato dele mais adiante, na secção 3.4.

Descontado o problema ilustrado pelo mundo IV do quadro (33), poderíamos pensar que (U<sub>pc</sub>) diz no essencial o que há para ser dito a respeito de repetição em na definição semântica de PC. Não é bem assim, porque no caso das orações cujo sujeito é um plural, as regras de que dispomos até o momento, ao mesmo tempo que apontam para uma ambiguidade não óbvia, paralela da que apontei na negação, não dão conta de outras alternativas de interpretação, também possíveis. Para esclarecer de que alternativas de interpretação se trata, comparemos (32), cujo sujeito é um nome, a orações cujos sujeitos são expressões quantificadas. No caso de (32), é imediato que a fórmula  $\Phi$ , isto é, a fórmula de cuja verdade ou falsidade em momentos anteriores ao momento i depende a verdade no momento i de PC $\Phi$ , é “Pedro visita a Ilha Porchat”. O modo como encaramos a relação sujeito-predicado nessa oração (método 1 ou método 2 de Montague, antes descritos) não faz nenhuma diferença para a interpretação. É

diferente o caso de orações com sujeito quantificado. Para

(34) Alguns funcionários da Carborundum têm alugado esta chácara,

a escolha por um ou outro esquema de construção da relação sujeito-predicado resulta nas árvores (35) e (36):



e nas interpretações (37) e (38):

(37) Repete-se de tempos em tempos, num período do passado que alcança o momento de fala (para alguns funcionários da C. (que eles alugam esta chácara)).

(38) Para alguns funcionários da C. (repete-se de tempos em tempos num período do passado que alcança o momento de fala (que eles alugam esta chácara)).

Confrontando (37) e (38) com os quadros (39) e (40)

(39)

| nos mundos                   | $m_{i-5}$     | $m_{i-4}$   | $m_{i-3}$         | $m_{i-2}$   | $m_{i-1}$   | $m_i$       |
|------------------------------|---------------|-------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| I {x: x aluga a chácara} =   | { a,b,c,d,n } | $\emptyset$ | { b,c,d }         | $\emptyset$ | { b,c,d,m } | $\emptyset$ |
| II {x: x aluga a chácara} =  | { a,b,c,d,n } | $\emptyset$ | { b,c,d,m,n,o,p } | $\emptyset$ | { a,b,c,d } | $\emptyset$ |
| III {x: x aluga a chácara} = | { a,b,c }     | $\emptyset$ | { d,e,f }         | $\emptyset$ | { g,h,i }   | $\emptyset$ |

(40)

| nos mundos                                                                                                                                                                                                                          | $m_{i-8}$ | $m_{i-7}$ | $m_{i-6}$ | $m_{i-5}$ | $m_{i-4}$ | $m_{i-3}$ | $m_{i-2}$ | $m_{i-1}$ | $m_i$ |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|
| IV {x: x aluga a chácara} =                                                                                                                                                                                                         | { a }     | { b }     | { c }     | { a }     | { b }     | { c }     | { a }     | { b }     | { c } |
| Tomando cada um dos indivíduos do conjunto {a,b,c}, constata-se que ele participa intermitentemente da ação de alugar a chácara, sem que haja um grupo de indivíduos, supostamente os mesmos, que alugam a chácara, a cada ocasião. |           |           |           |           |           |           |           |           |       |

constatamos que (37) é verdadeira se M for como I, II ou III, e que (38) é verdadeira se M for como I, II ou IV. Fazer esta constatação é o mesmo que admitir que, à luz do PTQ, as orações portuguesas com verbo no passado composto e sujeito quantificado são orações ambíguas, e

este é um resultado intuitivamente correto, porque de fato não interpretamos da mesma maneira

(41) [Contexto: A entrada de imigrantes ilegais no país é cada vez mais difícil... ]  
Semanalmente, a cada nova batida da polícia, algumas pessoas têm sido detidas e extraditadas.

e

(42) [Contexto: A repressão contra os inimigos do regime continua, embora esteja adotando métodos menos ostensivos:] algumas pessoas têm comparecido semanalmente à polícia, [para assinar um livro de presença, como forma de liberdade vigiada.]

A distinção é entre o que poderíamos chamar de “predicação coletiva” (cada episódio de captura aplica-se a um grupo diferente) e “predicação distributiva” (cada um dos indivíduos em liberdade vigiada faz a sua visita à polícia, onde assina o livro).

Mas ao mesmo tempo que traz à tona essas complexidades não óbvias do passado composto, ( $U_{PC}$ ) defronta-nos também com um problema: há pelo menos uma situação, distinta de (39) e (40), também expressa pelo passado composto, que fica além da capacidade expressiva daquela regra: trata-se da situação descrita em (43)

(43)

|                                                                                                   | i - 8 | i - 7 | i - 6 | i - 5 | i - 4 | i - 3 | i - 2 | i - 1 | i   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----|
| IV {x: x aluga a chácara} =                                                                       | {a}   | {∅}   | {b}   | {∅}   | {c}   | {∅}   | {d}   | {∅}   | {e} |
| Note-se que não há grupos em nenhum momento, nem há identidade dos indivíduos envolvidos na ação. |       |       |       |       |       |       |       |       |     |

Quando referimos ( $U_{PC}$ ) à situação descrita em (43), mantemos a ideia de escalonamento no tempo, e de pluralização dos participantes; mas não podemos apontar um grupo de agentes, cada um dos quais se envolve ciclicamente na mesma ação, nem de uma série de ações sucessivas envolvendo a cada ocasião uma pluralidade de indivíduos; aqui, o plural do sujeito resulta de que, reunindo vários protagonistas individuais, obtemos um “grupo através do tempo”. A situação descrita em (43) é, pois, a única que faria sentido associar a

(44) Muitas pessoas têm morrido [desde que começaram os rachas na avenida].

Na variante de gramática que expus, há somente duas maneiras de representar a relação sujeito-predicado: e a “terceira” interpretação que caracteriza orações como (44) não é nenhuma das duas. Fica clara a necessidade de estender a gramática e, em termos muito gerais, a extensão a ser tentada poderia ser no sentido de incorporar a proposta de Davidson (1967) sobre a estrutura lógica das sentenças de ação.

Como se sabe, um dos objetivos perseguidos naquele texto é o de tornar calculáveis as inferências que, intuitivamente, estabelecemos entre (a) e (b), (a) e (c), e (a) e (d), (b) e (c), (b)

e (d) e (c) e (d) em (45):

- (45) a. Charlotte Corday assassinou Marat no banho, com uma faca
- b. Charlotte Corday assassinou Marat
- c. Charlotte Corday assassinou alguém
- d. Alguém assassinou alguém.

Todas essas inferências são intuitivamente válidas, mas as duas primeiras não seriam calculáveis pelos mecanismos inferenciais próprios do Cálculo de Predicados de Primeira Ordem se em (a.) fosse reconhecido um predicado de quatro lugares, e em (b) e (c) um predicado de dois. Davidson paga o preço “ontologicamente” alto de incluir objetos de um tipo especial - os *eventos* - no universo sobre o qual essas sentenças se interpretam, e com isso consegue separar, entre os sintagmas nominais de (a), aqueles que pertencem de maneira estável ao predicado *Matar* daqueles que se associam ao evento, num papel mais ou menos circunstancial. Desde que *Matar* é definido como um predicado de três lugares, correspondentes respectivamente ao assassino, à vítima e ao evento, as sentenças acima podem ser transcritas

- a.  $\exists u A(\text{cmu}) \ \& \ EM(b,u) \ \& \ COM(f,u)$
- b.  $\exists u A(\text{cmu})$
- c.  $\exists u \ \exists x A(\text{cxu})$
- d.  $\exists u \ \exists x \ \exists y A(\text{xyu})$

e a possibilidade calcular (b), (c) e (d) a partir de (a) etc. torna-se imediata.

Chamo a atenção aqui para a maneira como se fala de eventos nas fórmulas (c) e (d): nessas fórmulas, os eventos acabam sendo tipificados pelo predicado usado, mas os participantes não são necessariamente identificados. Ora, supondo que (abrindo mão da informação estritamente temporal) aceitemos representar “Alguém morreu”, “Houve uma morte” ou, mais exatamente “Houve um evento, que consistiu na morte de alguém” por

- (46)  $\exists u \ \exists x M(\text{xu})$

e supondo, ainda, que entendamos o passado composto como uma pluralização de eventos cada um dos quais seria expresso pelo pretérito perfeito, chega-se naturalmente a algo como (47), de que (48) é abreviação:

- (47)  $(\exists u_1) \ \exists x M(\text{x},u_1) \ \&$   
 $(\exists u_2) \ \exists x M(\text{x},u_2) \ \&$   
 $(\exists u_3) \ \exists x M(\text{x},u_3) \ \&$

..... &

$(\exists u_n) \exists x M(x, u_n)$

(48)  $(\exists^n u) \exists x M(x, u)$

(“há uma pluralidade de eventos em que algum x morre”)

Para chegar a uma representação aproximada de (44), basta agora inserir uma letra, a representar o predicado *Pessoa*:

(49)  $(\exists^n u) \{ \exists x [ P(x) \& M(x, u) ] \}$ .

Poderia parecer que a fórmula (49) diz menos do que (44), pois, além de as mortes serem passadas, fato de que trato mais abaixo, em 3.4., já mencionei que os indivíduos que morrem são sempre diferentes, e isso não está dito em (49). Na realidade, encaro isso como um mérito e não um defeito da fórmula: é uma contingência do verbo *Morrer*, como de resto dos verbos *Nascer*, *brigar pela primeira vez com o patrão*, *ganhar o Prêmio Nobel de Literatura*, que a ação por eles descrita não se aplica duas vezes, em sentido literal, à mesma pessoa; é próprio da relação indicada por *Conhecer* (no sentido de travar conhecimento, vir a conhecer) e *Descobrir* que o mesmo sujeito não conhece ou descobre duas vezes o mesmo objeto e assim por diante. Em outras palavras, fixando (49) como a maneira pela qual formulamos o tipo de repetição expresso pelo passado composto, entenderemos que (44) é falsa, em contextos correntes, como de resto o seria

(50) Morri.

Tudo isso me parece intuitivamente correto<sup>3</sup>.

A formulação contida em (49) não deve ser entendida como uma definição metalinguística do passado composto - na realidade mal comecei o trabalho de exploração que pode levar-nos a isso - mas estabelece algumas condições necessárias para essa definição, que serão avaliadas, em última análise, ao longo de todo este trabalho. Nesta secção, a avaliação consiste em verificar 1) se a fórmula (49) faz justiça à posição que as sentenças de passado composto ocupam no jogo das inferências; 2) se o quantificador de reiteração de eventos que propus interage corretamente com os demais; 3) se é possível acomodar a solução de (49), de maneira natural e simples, ao formalismo adotado.

3 Tenho consciência de que os “plurais através do tempo” apresentam vários problemas dos quais não trato aqui. Apenas para registrar as omissões, considerem-se os exemplos a seguir:

(i) O Seu Mário ou o Seu Alcides tem estado no escritório.

(ii) De alguns anos a esta parte, o padre tem batizado muitas crianças de pais não casados no religioso.

(iii) Maria tem achado recados na secretária eletrônica - exatamente um por dia.

(i) mostra a possibilidade de o passado composto ter um sujeito disjuntivo; (ii) e (iii), que relatam respectivamente uma sucessão de batizados individuais e os serviços prestados a Maria por sua secretária eletrônica, mostram que o plural que decorre de repetição pode aparecer no sintagma nominal objeto.

Em relação à primeira pergunta, registro um resultado correto e um aparente enigma. O resultado correto é que, com certeza, gostaríamos de poder inferir (52) de (51), e é precisamente isso que ocorre, dada a formalização adotada

(51) Tenho conhecido alguns engenheiros florestais em Rondônia

$(\exists^n u) \{ \exists x [ EF(x) \ \& \ C(eu,x,u) \ \& \ EM(Rondônia, u) ] \}$ .

(52) Conheci (pelo menos) um engenheiro florestal em Rondônia

$(\exists u) \{ \exists x [ EF(x) \ \& \ C(eu,x,u) \ \& \ EM(Rondônia, u) ] \}$

O enigma é por que não se pode inferir de (51) de (53)

(53) Conheci em ocasiões diferentes Tarcísio Nogueira, Germano Moreira e José Pinto Figueira, engenheiros florestais em Rondônia.

(53) contém todas as informações que nossa fórmula identifica em (51), fornecendo além do mais o nome das pessoas que conheci. De (53) deveria, portanto, inferir-se (51). Se isto não acontece é que o passado composto obedece a alguma restrição que não incide sobre (53) e que não é de todo difícil de identificar: (51) pode ser usada para descrever a situação relatada em (53) desde que a possibilidade de travar conhecimento com engenheiros florestais em Rondônia continue aberta. Representar uma contabilidade em aberto é uma característica peculiar do passado composto, cuja importância já aflorou, e que prometi tratar em 3.4. Naquela secção, precisarei discutir, notadamente, o status semântico dessa característica, pois, embora o uso de (51) para descrever os fatos relatados em (53) configure claramente alguma intenção de enganar, não configura com a mesma evidência uma asserção “contrária aos fatos”.

A fórmula (49) pluraliza um tipo de objeto, o evento, e isso permite, de imediato, representar como ambiguidades de escopo algumas alternativas de interpretação que apontei de passagem na exposição anterior. Oponham-se para começar as fórmulas:

(49)  $(\exists^n u) \{ (\exists x) [ P(x) \ \& \ M(x,u) ] \}$ .

(54)  $(\exists x) \{ (\exists^n u) [ P(x) \ \& \ M(x,u) ] \}$ .

À diferença da primeira, a segunda indica que uma determinada situação se repete para alguém. Ela é, portanto, apropriada para representar

(55) Alguém tem dormido no quarto da vovó [desde que ela ficou doente]

na situação em que alguém, digamos, uma certa neta, foi escalada para a função de dormir com a vovó por motivo de segurança; (49) seria apropriada para dizer que a vovó não dormiu sozinha, por exemplo, porque houve um rodízio de parentes.

Uma vez que admiti a possibilidade de pluralizar os eventos, um dos tipos de objeto



que intervêm na interpretação das sentenças que nos interessam, não há por que não admitir a possibilidade de pluralizar os outros objetos. Considerando essa segunda possibilidade, o predicado “x visitar a basílica” dá origem às seguintes fórmulas:

(56) a.  $(\exists u) \{(\exists x) [V(x,u)]\}$ . “Alguém visitou a basílica”

b.  $(\exists u) \{(\exists^n x) [V(x,u)]\}$ . “Em alguma ocasião, um grupo visitou a basílica”

c.  $(\exists^n u) \{(\exists x) [V(x,u)]\}$ . “Repete-se que algum indivíduo visita a basílica”

= Tem havido visitas à basílica, A basílica tem sido visitada, Alguém tem visitado a basílica.

d.  $(\exists^n u) \{(\exists^n x) [V(x,u)]\}$ . Em ocasiões seguidas, algum grupo visita a basílica.

= A basílica tem sido visitada

e.  $(\exists x) \{(\exists u) [V(x,u)]\}$ . “Em pelo menos uma ocasião, houve pelo menos uma pessoa que visitou a basílica.”

= Alguém visitou a basílica

f.  $(\exists^n x) \{(\exists u) [V(x,u)]\}$ . “Um grupo visitou a basílica.”

g.  $(\exists x) \{(\exists^n u) [V(x,u)]\}$ . “Alguém tem visitado a basílica.”

h.  $(\exists^n x) \{(\exists^n u) [V(x,u)]\}$ . “Um mesmo grupo tem visitado a basílica.”

É fácil ver que algumas dessas fórmulas são equivalentes: a. e e., b. e f. As demais descrevem situações diferenciadas. Poder-se-ia perguntar se, com essas fórmulas, eu não estaria abordando a linguagem natural por meio de uma metalinguagem excessivamente poderosa, que acaba por criar ambiguidades onde não há. É uma objeção à qual é sempre preciso estar atentos, e à qual só posso responder aqui da seguinte maneira: não foi por acaso, mas por uma necessidade apontada pelo próprio estudo do passado composto, que passei a considerar o plural. Ora, quando se considera o plural, a maior parte das distinções aí feitas se tornam úteis. Compensa, portanto, mantê-las, mesmo porque uma rápida reflexão sobre o que sabemos hoje a respeito de plural, mostra ao mesmo tempo que o tema é assustadoramente complexo, e nosso conhecimento insignificante.

Seja como for, parece claro que o passado composto e o perfeito se repartem a tarefa de expressar as várias alternativas descritas no quadro acima, de modo tal que o passado composto só é possível em correspondência ao uso de um  $(\exists^n u)$ . Não é propriamente uma novidade, dadas as razões que levaram à introdução desse quantificador no simbolismo<sup>4</sup>.

Antes de encerrar esta seção, lembremos que, embora seja um fator essencial do caráter

<sup>4</sup> Seria interessante retomar à luz desses dados e de outros análogos a tese de Jakobson segundo a qual a gramática da língua determina o que não se pode deixar de passar como informação.

iterativo das sentenças no passado composto, a quantificação não o esclarece cabalmente: resolvida a interação da quantificação do sujeito com o passado composto, sobram coisas a explicar sobre a repetição ou “escalonamento do tempo” que atribuímos àquela perífrase como marca registrada. A pergunta a fazer é se a noção de reiteração que convém ao Passado Composto é a mesma que encontramos em outros tempos verbais, e como sempre a comparação é instrutiva. Os exemplos (57)-(60) mostram que, em oposição ao passado simples, o passado composto (da mesma forma que o presente simples e o presente progressivo) fala naturalmente de um fato que se repete,

(57) Maria saiu com um homem casado.

(58) Maria tem saído com um homem casado.

(59) Maria está saindo com um homem casado.

(60) Maria sai com um homem casado.

e é essa diferença que permite coordenar o primeiro exemplo, sem contradição, com a negação dos demais:

(61) Maria saiu com um homem casado (algum tempo atrás) mas não tem saído /está saindo /sai com ele ultimamente.

Ora, há diferenças no efeito de repetição inerente a esses três tempos: as agramaticalidades observadas em (62) e (63)-(64) poderiam sugerir que o passado composto não indica disposição (no sentido dado ao termo, por ex. por Quine 1951), mas, em vista de (65), seria incorreto concluir disso que ela não se aplica a tipos, (no sentido de Carlson 1981);

(62) Esta flor é o beijinho. É também conhecida como Maria-sem-vergonha, porque dá / \*tem dado /\*está dando em qualquer canto.

(63) A água entra/\*tem entrado em ebulição aos cem graus

(64) O vulcão da ilha entra / tem entrado em erupção pelo menos uma vez a cada vinte anos

(65) O mico-leão dourado tem estado várias vezes em extinção, mas foi preservado graças aos esforços dos zoólogos do Rio de Janeiro.

Confirmando que sabemos muito pouco sobre a noção de repetição ou escalonamento no tempo que associei ao Passado composto, acrescenta-se que não se espera que ela seja absolutamente regular: com efeito, (66)

(66) Albert tem voltado de Bordeaux com o trem das 8,12.

não se torna falsa porque Albert perdeu o trem algumas vezes, ou porque em determinadas ocasiões optou por outro horário. (66) garante tão somente que na maioria das vezes - ou melhor

dizendo, na falta de uma razão superveniente, Albert voltou no trem das 8,12, e que é isso que ainda se espera dele. Há, em suma, nessa afirmação, um elemento quantificacional, mas esse elemento é de tipo mais probabilístico do que categórico, e nesse sentido lembra a oposição que Vendler (1967) estabelece entre os dois quantificadores generalizantes *all* e *any*. Segundo o ensinamento de Vendler,

(67) Any doctor will tell you that Stopsneeze helps

não contém um relato, que poderia ser verdadeiro ou falso, nem uma predição, que poderia como tal ser correta ou incorreta, mas emite uma espécie de garantia aberta (*blank warranty*) para predições condicionais, uma garantia que pode ou não ser confiável. A análise que Vendler propõe para *any* aplica-se naturalmente ao português *qualquer(um)* e apela constantemente para dois usos daquela palavra que teriam valor paradigmático: o das ofertas (a frase “Take any” pronunciada na presença de uma fruteira contendo várias maçãs), e o da previsão de possibilidades futuras (*any* combina-se habitualmente com verbos no futuro). Recordo aqui a descrição que Vendler fez de *any* porque, remetendo ao futuro, ela sugere uma ramificação de histórias possíveis. O passado composto, à sua maneira, é compatível com uma série de histórias passadas: dá parâmetros para que possamos imaginar inúmeras histórias em que um “mesmo fato” ocorre, mas a localização exata dessas recorrências é normalmente irrecuperável na falta de outros elementos, por exemplo, adjuntos de frequência.

O fato de que não encaramos como (66) como falsa mesmo que Albert tenha tomado outro trem numa ou noutra ocasião leva a perguntar que papel tem na interpretação dessa sentença a interpretação de outra, que afirmaria a regularidade absoluta dos retornos. Se (66) se interpreta como um relaxamento das condições de verdade de

(68) Albert voltou de Bordeaux no trem das 8,12 (todo dia, toda vez que foi a Bordeaux)

então estamos diante de um processo semântico semelhante ao que Dowty (1979) detectou a propósito do progressivo, e que apliquei à descrição dos progressivos do português em Ilari e Mantoanelli (1983). Essa explicação me parece atraente, mas não deixa de ter problemas: o principal é que à diferença do que ocorre com a análise de Dowty para a perífrase progressiva, onde o recurso a dois mundos possíveis é fortemente motivada pela necessidade de equacionar o “paradoxo do progressivo”, e o período em que os dois mundos coincidem é, em última análise o momento de referência do predicado em forma progressiva, aqui não fica claro qual é o denominador comum que se deve exigir entre o mundo em que os fatos ocorrem com absoluta regularidade e o mundo real sobre o qual se predica o passado composto. Dizer mais seria confundir vagueza com modalidade.

### **3.2. O passado composto é inapropriado não só para descrever fatos que ocorreram uma única vez, mas ainda para descrever fatos que se repetiram, se se quer ao mesmo tempo explicitar quantas vezes o fato se repetiu**

O Passado Composto do Português é incompatível com a ocorrência na sentença de

adjuntos indicando exatamente quantas vezes que o fato descrito se repete, característica que o opõe a seu análogo inglês e a seus análogos românicos.

(71) O João tem lido três vezes *Guerra e Paz*.

(72) John has read three times *War and Peace*.

(73) Giovanni ha letto tre volte *Guerra e Pace*.

Explica-se assim que sentenças como (74)-(77), em que a ocorrência do fato é quantificada de maneira exata,

(74) Esse aluno tem recebido três advertências.

(75) Tenho feito três viagens a Nova Iorque desde que casei.

(76) Tenho conhecido três engenheiros químicos em Porto Velho.

soem típicas de estrangeiros, aprendizes de português, ao contrário de (77)-(79), onde a quantificação é vaga

(77) Esse aluno tem recebido muitas advertências.

(78) Tenho feito muitas viagens a Nova Iorque.

(79) Tenho conhecido muitos engenheiros químicos em Porto Velho.

Há certamente consenso quanto aos exemplos acima, mas é menos claro qual seja o fator envolvido. Que a restrição não resulta de uma mera idiosincrasia gramatical que impediria de usar o passado composto na proximidade de um cardinal, fica evidente em exemplos como

(80) O carteiro tem tocado duas vezes

(81) Os alunos do segundo ano têm ao todo sete disciplinas. Eles têm recebido duas notas por bimestre em cada disciplina, o que totaliza em princípio 56 notas por ano letivo.

Nesses exemplos, os numerais cardinais e o passado composto são aceitáveis, mas é claro que, se tentássemos usar esse fato como contra-exemplo, estaríamos trapaceando. Os dois sinais seguidos de campainha que identificam o carteiro repetem-se toda vez que ele “toca” para avisar que há correspondência, e não é o número de toques em cada ocasião, mas o total de ocasiões em que ele “toca” que não admite indicação exata. Assim, (80) informa que se repete um número indeterminado de vezes um episódio em que o carteiro faz uso da campainha; o número exato de toques é interno a cada episódio. O exemplo (81) é apenas um pouco mais complicado, mas se explica do mesmo modo.

À restrição sobre cardinais corresponde uma restrição sobre datas: as datas também criam agramaticalidades nas sentenças com passado composto, cp.

(82) \* Esse aluno tem recebido advertência nos dias 23, 24 e 25 de abril

(83) \* Tenho sacado meu dinheiro do banco no dia 5 de maio último.

a menos que se trate de indicações de calendário passíveis de repetição. Assim (84) e (85) são sentenças aceitáveis, posto que possa haver alguma dificuldade em imaginar que se realizem as situações que descrevem.

(84) Esse aluno tem recebido advertência nos dias 23, 24 e 25 de todo mês

(85) Elpidinho tem zerado a conta do banco no dia 5 de maio de todo ano, para as compras do dia das mães.

Apartir desses exemplos, a restrição que estamos procurando definir torna-se aparentemente um pouco mais clara. Se associarmos ao Passado composto uma forma como a que é expressa em

(86) No passado [Repete-se<sub>(n vezes)</sub> que (um determinado fato ocorre<sub>(m vezes)</sub>)]

No passado [Repete-se<sub>(em tais e tais datas)</sub> que (um determinado fato ocorre<sub>(em tais e tais datas)</sub>)]

a proibição de ser exato não incide, por assim dizer, no adjunto que se aplica ao fato, mas no adjunto que se aplica à repetição. É possível, em outras palavras, ser exato no adjunto interno, mas não no adjunto mais externo, aquele que quantifica a repetição.

### 3.3. PC exprime reiteração independentemente de estar presente na oração um advérbio indicando frequência

O fato de que o passado composto exprime reiteração independentemente de ocorrerem na oração quaisquer adjuntos que marquem o aspecto iterativo já tinha sido apontado por Viana e Paiva Boléo, mas isso não nos leva muito longe, pois alguns outros tempos verbais têm a reiteração como uma de suas leituras possíveis, como se verifica nas sentenças a seguir (com verbo conjugado no presente e no imperfeito):

(91) Não seria difícil para a polícia localizar aquele bandido pois, sabidamente, ele repassava a mercadoria roubada a um determinado receptor da rua Oriente.

(92) Meu irmãozinho faz inalações na clínica Stopsneeze do Dr. Vendler.

Prefiro assim encarar aquela observação como um lembrete de que há todo um trabalho a ser feito sobre a possível co-ocorrência dos adjuntos adverbiais de caráter temporal e aspectual, de um lado, e os tempos do verbo, de outro, e como uma indicação de uma forte expectativa de que o passado composto se localizará de maneira própria e peculiar no quadro de co-ocorrências a ser assim traçado. Como ponto de partida para esse levantamento, traço a seguir uma comparação sumária entre o passado composto e o passado simples: nota-se que

alguns tipos de adjunto são incompatíveis com uma ou outra forma, ou que determinam uma interpretação específica para a sentença.

| Tipo de adjunto                                                   | Passado Composto                                                       | Passado Simples                                                   |
|-------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| Quando?<br><i>quando perdeu a esposa</i>                          | *<br>(93) Ele tem visitado a família quando perdeu a esposa            | OK<br>(94) Ele visitou a família quando perdeu a esposa           |
| Há quanto tempo?<br><i>desde o dia 25 de outubro de 1983</i>      | *<br>(95) Ele tem visitado a família desde o dia 25 de outubro de 1983 | *<br>(96) Ele visitou a família desde o dia 25 de outubro de 1983 |
| Daqui a quanto tempo?<br><i>daqui a dois meses</i>                | *<br>(97) Ele tem visitado a família daqui a dois meses                | *<br>(98) Ele visitou a família daqui a dois meses                |
| Até quando?<br><i>Até que perdeu a esposa</i>                     | *<br>(99) Ele tem visitado a família até que perdeu a esposa           | OK<br>(100) Ele visitou a família até que perdeu a esposa         |
| Desde quando?<br><i>desde que casou</i>                           | ?OK<br>(101) ele tem visitado a família desde que casou                | OK<br>(102) ele visitou a família desde que casou                 |
| Quantas vezes?<br><i>dez vezes ao todo</i><br><i>muitas vezes</i> | ?<br>(103) Ele tem visitado a família dez vezes ao todo                | OK<br>(104) Ele visitou a família dez vezes ao todo               |
|                                                                   | OK<br>(105) Ele tem visitado a família muitas vezes                    | OK<br>(106) Ele visitou a família muitas vezes                    |
| Por quanto tempo?<br><i>por três dias</i>                         | ?<br>(107) Ele tem visitado a família por três dias                    | OK<br>(108) Ele visitou a família por três dias                   |
| Com que frequência?<br><i>raramente</i>                           | OK<br>(109) Ele tem visitado raramente a família                       | OK<br>(110) Ele visitou raramente a família                       |
| etc.                                                              |                                                                        |                                                                   |

O quadro que acabo de apresentar não pretende mais do que fornecer uma amostra da

complexidade das relações de co-ocorrência entre adjuntos de tempo e tempos verbais do passado; na realidade, essa amostra precisará ser consideravelmente ampliada e, sobretudo, as incompatibilidades e as consequências semânticas da inserção de adjuntos precisarão ser explicadas. A título de exemplo, direi apenas, aqui, que minha intuição não me permite decidir com segurança sobre a gramaticalidade de (103), mas que a negativa correspondente (“Ele não tem visitado a família dez vezes ao todo”) me parece sensivelmente melhor; quanto ao outro ponto de interrogação que aparece na tabela, a explicação é outra: (107) é perfeitamente gramatical se for entendida como afirmando que cada uma das visitas tem duração de três dias. *Três dias* define em outras palavras a duração de cada um dos eventos que repetidos justificam o uso do passado composto, não o período ao qual se refere a própria repetição.

Como essa questão vem tratada em outra passagem deste projeto, limito-me, aqui, a observar que existem duas formas de aplicação do adjunto de tempo à ação expressa pelo verbo, o que obrigará a complicar a sintaxe da linguagem em que queiramos representar o passado composto, para dispor de dois pontos distintos de aplicação do adjunto. A possibilidade de uma dupla inserção dos adjuntos de tempo é um dos temas do livro de Dowty *Word Meaning and Generative Semantics*, assim, examinar e avaliar sua solução torna-se um exercício obrigatório.

De qualquer maneira, um problema a ser equacionado num contexto formal de tratamento é como os adjuntos de tempo acima exemplificados se incorporam (composicionalmente) ao sentido da sentença. Uma outra proposta que procura levar em conta a variedade dos adjuntos é a de McCawley (1981: 340 ss.). Essa proposta lança mão de fórmulas como

$T_p(A) = \text{'at the past time at which A'}$ ,  
 por exemplo  $T_p(\text{John meet Cynthia})(\text{John be a student})$  representará ‘John was a student when he met Cynthia’

$D_p(m)A = A \text{ m units into the past?}$   
 por exemplo,  $D_p(5 \text{ years})(\text{Mary buy a piano})$  representará ‘Mary bought a piano five years ago’

$C_p(a)(A) = \text{'A at the past time a'}$ ,  
 por exemplo,  $C_p(2:00)(\text{I take the cake out of the oven})$  representará ‘I took the cake out of the oven at 2:00’

e de regras de conversão como

$[T_p(A)(B)]^a \rightarrow (\exists t: \wedge Pta, A^t) B^t$

$[D_p(m)(A)]^a \rightarrow (\exists t: a - t = m) A^t$

$[T_p(m)(A)]^a \rightarrow (\exists t: t - a = m) A^t$

$[T_p(b)(A)]^a \rightarrow A^b \text{ if } Pba, \text{ undefined otherwise.}$

$[T_p(b)(A)]^a \rightarrow A^b \text{ if } Pab, \text{ undefined otherwise}$

$A^a \rightarrow R^a (A)$  if A is not one of the above forms

Será preciso avaliar as exigências que esse formalismo impõe a um tratamento formal, além de seu interesse propriamente descritivo. De qualquer modo, nem para a proposta de Dowty, nem para essa proposta de McCawley a aplicação ao passado composto do português é imediata.

### **3.4. PC assume eventualmente um valor de continuidade e a distinção de um valor durativo e um valor reiterativo tem a ver com características aspectuais do predicado, sendo relevantes as características de *Aktionsart* do verbo:**

(a) Como vimos acima, Paiva Boléo defende a tese de que existem ocorrências de passado composto que exprimem uma idéia legítima de duração. Os exemplos são como

(111) Tenho estado doente (Boléo 1937, p.128)

(112) À sombra do lindo céu

Jurei, tenho jurado

Não ter outros amores

Só a ti tenho amado (ibidem)

o que poderia sugerir que a construção de Passado Composto assume sentido durativo sempre que se aplica a um predicado cujo esquema aspectual envolve duração (se tomarmos por base a conhecida classificação de Vendler, é o caso dos “*states*” como *love* e das “*activities*” como *push a kart*), mas essa é, na melhor das hipóteses uma aproximação grosseira.

À primeira vista, os exemplos

(113) o doente tem ficado em seu quarto

(114) O alarme tem ficado ligado

(115) A porta central da basílica tem ficado fechada.

informam que o doente nunca mais saiu do quarto, que o alarme ficou permanentemente ligado, de que a porta central da basílica está há tempos trancada. Essas interpretações são diferentes das que descrevi nas secções anteriores: qualificam um estado ou processo como permanente a partir de um determinado momento e, como não envolvem repetição em nenhum sentido óbvio, poderiam ser qualificadas de permanentemente durativas. Não nego que assim seja, nesses casos e em outros, mas tenho dúvidas de que a perífrase de PC baste por si para determinar a interpretação em questão. Com efeito, pequenas modificações no vocabulário e um contexto apropriado chamam novamente em causa a ideia de repetição. Considerem-se:



(116) o menino tem ficado em seu quarto.

(117) a televisão tem ficado ligada

(118) a janela tem ficado aberta

Eles poderiam com toda certeza indicar o fato de que o menino fica no quarto em todas as ocasiões em que seria esperada sua presença ou participação na rotina familiar, que a televisão tem ficado ligada depois de todo mundo ir deitar ou que a janela tem ficado aberta quando as pessoas saem de casa para o trabalho (“sempre” = em todas as situações relevantes, que podem ser, por exemplo, todas aquelas que envolvem algum tipo de tensão). Um teste possível para confirmar a repetição é o acréscimo da expressão “algumas vezes”. Os três exemplos acima a aceitam, a mostrar que podem indicar repetição de pequenas durações. Teríamos assim que opor duas representações, e optar pela segunda:

(duratividade absoluta)

.....[.....]f

(duratividade intermitente)

.....[.....].....[.....].....[.....].....f

Estas observações nos defrontam com um dilema frequentemente encontrado na descrição semântica - o de decidir entre ambiguidade e polissemia: adotando a alternativa da ambiguidade, poderíamos declarar que as sentenças em questão (113)-(118) representam duas leituras disjuntas e independentes do passado composto. Adotando a alternativa da polissemia, precisamos mostrar como as duas interpretações se relacionam: aparentemente a principal crítica que Paiva Boléo faz a Gonçalves Viana é por não ter encarado esse dilema, deixando assim escapar um caso bastante singular de homonímia.

(b) A questão de relacionar as interpretações repetitivas e durativas do Passado Composto será retomada adiante. Aqui, vale insistir que o uso com predicados de *state* e *activity* não é em si mesmo uma garantia de que a interpretação final da sentença será durativa; aponta no máximo para uma tendência, que resulta bloqueada por fatores que conhecemos mal: um desses fatores, conforme sugerimos, é a existência de momentos de verificação pragmaticamente significativos: assim as três sentenças a seguir poderiam estar relatando o que ocorreu (ou foi apurado) em sucessivos balancetes, sucessivas decisões da nova diretoria ou sucessivas medições da temperatura.

(119) O cliente tem mantido um saldo em conta superior a 20.000 reais

(120) Tenho-me calado apesar de discordar das decisões da nova administração.

(121) A temperatura da terra tem subido desde que a humanidade começou a ter registros meteorológicos.

Outro fator de bloqueio da tendência a interpretar durativamente os states e activities é o fato de que PC pode funcionar como passado composto de algo que já não é *activity* ou *state*. Assim, (122)

(122) O chefe da repartição tem sido estúpido/inconveniente com as funcionárias  
é mais provavelmente o passado composto de

(123) O chefe da repartição está sendo estúpido/inconveniente com as funcionárias  
que de

(124) O chefe da repartição é estúpido / inconveniente com as funcionárias

Outro fator ainda é o uso em nível de *stage, kind, etc.* (ver Carlson) dos sintagmas nominais: é evidente que nesse sentido que (125) se torna agramatical se *o chefe da repartição* for entendido como referindo-se a um indivíduo particular, e que a interpretação é forçosamente iterativa se estiver em jogo uma praxe que preside à escolha de sucessivos chefes:

(125) O chefe da repartição tem sido um funcionário de carreira.

### **3.5. A repetição ou continuidade a que se refere PC dizem respeito a um período que, começando no passado, alcança o momento de fala e, eventualmente, o ultrapassa.**

Ao tratar na secção 3.1. da sentença “Pedro tem visitado a Ilha Porchat” observei que ela seria declarada falsa numa situação (mundo IV da tabela (33)) em que as visitas de Pedro à Ilha Porchat ocorreram amiudadamente num passado distante, mas não voltaram a repetir-se em momentos mais próximos ao de fala.

|          |           |           |           |           |           |           |       |
|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|
| mundo IV | $m_{i-6}$ | $m_{i-5}$ | $m_{i-4}$ | $m_{i-3}$ | $m_{i-2}$ | $m_{i-1}$ | $m_i$ |
|          | V         | V         | V         | F         | F         | F         | F     |

Quando se tenta entender esse fato, vem à mente algumas observações que já foram feitas sobre os passados compostos de outras línguas e que o aproximam, de algum modo, do presente. Uma delas é a de Benveniste, que trata decididamente do passado composto francês como um tempo presente e não passado: essa tese de Benveniste, que me parece correta também para algumas outras línguas românicas em que o passado composto contrasta com um passado simples, deve ser relacionada não só com a etimologia dessa construção, que indicava na origem o resultado presente de uma ação passada, mas ainda com a célebre distinção que Benveniste estabelece entre tempos do discurso e tempos da história: com isso, chega-se a caracterizar um fato passado porém relevante no momento da enunciação - uma explicação que, intuitivamente, explicaria hoje as motivações distintas que levam a escolher entre as sentenças francesas

(131) Jean Moulin a été tué par les Allemands quand il était maire à Chartres

(132) Jean Moulin fut tué par les Allemands quand il était maire à Chartres

esclarecendo que a primeira seria mais provavelmente pronunciada por alguém que vivia à época do fato relatado, ao passo que a segunda seria mais provavelmente encontrada num livro de História Contemporânea.

Basta, contudo, traduzir essas duas frases para o português para confirmar que o Português atual não tem essa distinção. Provavelmente, a indicação de que um fato passado é relatado com evidência “testemunhal” já foi um dos usos regulares do Passado Composto do Português, mas hoje esse uso se reduz tanto quanto sei à fórmula “tenho dito”, tal como é usada para encerrar um discurso, e portanto não faz parte do conjunto de fatos de que se trata neste trabalho.

O tipo de compromisso que o Passado Composto mantém com o momento de fala fica evidenciado não pela comparação com as outras línguas românicas, mas pelo contraste com os demais tempos do próprio português. O contraste mais instrutivo é, mais uma vez, com o perfeito simples e (133) vs. (134) constitui, nesse sentido, uma espécie de “par mínimo” se as respectivas sentenças forem pronunciadas hoje (1996):

(133) Durante anos a fio, Cid Moreira tem apresentado aos espectadores brasileiros o Jornal Nacional da TV Globo.

(134) \*Durante anos a fio, Eron Domingues tem apresentado aos ouvintes da Rádio Tupi o Repórter Esso.

(135) Durante anos a fio Cid Moreira apresentou aos espectadores brasileiros o Jornal Nacional da TV Globo .

(136) Durante anos a fio, Eron Domingues apresentou aos ouvintes da Rádio Nacional o Repórter Esso.

O que prejudica (134) é no meu entender o fato de que o Reporter Esso, um jornal televisivo que ficou no ar, aliás com muito sucesso, nas décadas de 50 e 60, já não existe. Se essa explicação é correta, o Passado Composto português obedece a uma restrição que afeta seu análogo inglês: informa que o fato relatado poderia, em tese, estar acontecendo no momento de fala. McCawley (1971) comenta esse fato para o inglês, retomando uma observação de Leech, e mostrando que a pergunta

(137) Have you visited the exhibition?

só é cabível se a possibilidade da visita se mantém. Se a exposição já terminou, ou se o interlocutor sofreu um acidente que o imobiliza, impedindo em caráter definitivo que ele faça a visita, a pergunta tem que ser formulada no Simple Past.

A maneira de formalizar essa exigência que McCawley (1981) propõe para o inglês consiste em 1) associar sistematicamente à interpretação do passado composto um *intervalo*,

no interior do qual são escolhidos os instantes em que se verifica a proposição a que o passado composto se aplica (dada a maneira como McCawley reformula a noção de reference-time de Reichenbach 1947, isso é o mesmo que dizer que o reference-time do passado composto é um intervalo); 2) exigir que esse intervalo inclua obrigatoriamente o momento de fala. Este segundo aspecto distingue essencialmente uma sentença no Simple Past de uma sentença no Present Perfect: ambas as formas remetem a momentos (os momentos em que é verificada a proposição que resta uma vez retirado o morfema de tempo) localizados num segmento do tempo; por definição, esse segmento não pode incluir o momento de fala no caso do Simple Past e do nosso Perfeito; ao contrário, precisa incluir esse momento no caso do Present Perfect e do Passado Composto. Retornando à “metáfora fiscal” de gosto discutível que usei em 3.1., direi que (à parte a exigência de escalonamento já discutida) o Passado Composto e o Perfeito têm “períodos de apuração” distintos. Ao invés da metáfora fiscal, MacCawley, que define as durações como conjuntos infinitos de momentos, e trata os momentos em questão por meio de variáveis quantificadas, dirá que, no caso do passado composto, o momento de fala tem que estar obrigatoriamente entre os valores que a interpretação pode associar às variáveis. Tento traduzir o essencial de sua proposta na fórmula abaixo, cuja formulação fortemente aproximativa e provisória não escapará ao leitor:

(138) ( $U_{PC+ \text{ período de apuração}}$ ) -----

PC ( $\Phi$ ) é verdadeira no mundo M e no momento i, se e somente se,  $\exists I \exists x \exists y \dots \exists n ((x, y \dots n \in I) \& x, y, \dots, n \text{ estão escalonados no tempo e } (\Phi) \text{ se verifica em } x, \text{ em } y, \dots \text{ e em } n.$

### **3.6. A interpretação e a gramaticalidade de orações no passado composto são afetadas pela quantificação dos sintagmas nominais presentes na sentença, e pela ocorrência de adjuntos**

(a) Quantificação do predicativo do sujeito em sentenças equacionais.

Considere-se o seguinte exemplo:

(141) A Alsácia e a Lorena têm sido motivo de controvérsia entre a França e a Alemanha.

Minhas intuições não são suficientemente firmes para que eu possa decidir se o plural na palavra *motivo* faz da Alsácia e da Lorena dois capítulos diferentes na história dos conflitos franco alemães, mas parece-me certo que a escolha do singular ou plural em *controvérsia* faz diferença: num caso, temos uma pendência não resolvida, um conflito mais ou menos latente, que dá margem a vários atritos singulares; no outro temos esses conflitos. Na forma de um estado de coisas persistente, ou de eventos episódicos, reencontramos aqui, em outras palavras, a distinção feita antes entre iteração e duratividade. Mas há muito a descobrir sobre como a alternância entre singular e plural aponta para essas duas interpretações, porque a simples presença do plural não garante a iteração. Note-se que há continuidade em (142) e que essa

continuidade não desaparece em (143) apesar de o predicativo do sujeito estar no plural

(142) Maria têm sido a ovelha negra de nossa família

(143) Maria tem sido a ovelha negra de nossas famílias,

Maria e Teresa têm sido as ovelhas negras de nossa(s) família(s).

Notem-se, a título de começo de um levantamento que precisaria alcançar uma certa extensão, para tornar-se significativo, os exemplos (144), todos indicando continuidade, (145) todos indicando repetição, e (146), abertos às duas leituras:

(144) A amizade com o presidente tem sido o único motivo para eu permanecer na firma, apesar dos baixos salários.

Sem qualquer forma de tratamento dos esgotos, essa lagoa tem sido uma ameaça à saúde da população.

(145) O papa tem sido um italiano / Os papas têm sido italianos.

O técnico do Juventus tem sido um antigo jogador do time.

(146) O goleiro tem sido o orientador do time dentro do campo.

(b) Quantificação do sujeito:

Considere-se mais este exemplo:

(147) Alguém tem dormido na casa da vovó, desde que ela adoeceu

Rep  $\exists x$  (x dorme na casa da vovó)

Ninguém tem dormido na casa da vovó, apesar de ela estar doente

Rep  $\neg \exists x$  x é um indivíduo (x dorme na casa da vovó)

$\forall x$  x é um indivíduo  $\forall y$  y é um momento  $\neg$  (x dorme na casa da vovó em y)

### 3.7. Passado composto e negação

Entre as várias operações que podem incidir sobre o passado composto, a negação exige uma atenção especial, porquanto a interação entre a negação e o passado composto resulta em interpretações determinadas, cuja descrição há interesse em fazer por referência às ambiguidades de escopo que os lógicos apontam na interação da própria negação com os quantificadores.

Um primeiro exemplo dessa interação resulta de comparar a sentença (161) com (162) - (164):

(161) José não tem vindo aos ensaios

(162) José tem vindo aos ensaios

(163) José não veio a um ensaio

(164) José tem faltado aos ensaios

Referida a um “período de apuração” qualquer (e supondo que José é o primeiro violino de uma orquestra profissional que prepara para uma apresentação cuja peça de fundo é Scherazade) (161), descreve uma situação diferente (mais grave, mais comprometedora em termos profissionais) que a representada em (163): (163) poderia indicar que a absoluta regularidade da participação de José foi quebrada por uma (única) falta: provavelmente, nessa situação, é razoável considerar (162) e (163) como simultaneamente verdadeiras; se isso é verdade, o efeito de aplicar a negação em (162) não pode ser explicado como a negação de uma generalização, ou seja, o modelo de (165) e (166) não vale para explicar o efeito da negação em (162) e (161)

(165)  $\forall x [ E(x) \rightarrow P(j,x) ]$       $E(x)$  : x é um ensaio /  $P(x,y)$ : x participa de y

(166)  $\neg \forall x [ E(x) \rightarrow P(j,x) ]$

O que esses exemplos nos ensinam é, aparentemente, que na situação descrita pelo passado composto, uma ou outra transgressão não conta, ou ainda que o passado composto, mesmo sob o efeito da negação, continua sendo um plural.

Por outro lado, (161) faz uma afirmação mais forte que (164): esta última sentença serve, por exemplo, para caracterizar o comportamento de um músico que falta aos ensaios toda vez que aparecem trabalhos ocasionais mais bem remunerados; para alguém assim, pouco assíduo mas não totalmente ausente, é talvez paradoxal, mas não contraditório admitir que (162) e (164) são simultaneamente verdadeiras. Já (161) informa que (no período de apuração visado) José não participou de ensaio nenhum. Três observações parecem impor-se neste ponto:

a) Há uma adaptação de (165), que representa de maneira bastante plausível as condições semânticas de (161), e que consiste em aplicar a essa fórmula uma negação de escopo estreito, o que resulta em

(167)  $\forall x [ E(x) \rightarrow \neg P(j,x) ]$

Essa representação (em que poderíamos querer ver uma inversão de ordem dos quantificadores e da negação) é intuitivamente válida, mas não se entende de onde resulta a idéia de generalização nela contida, uma vez que ela não está presente na fórmula afirmativa correspondente, (162). Dito de outra maneira, se a estrutura a ser retida for essa, não parece possível dar a essa negação um tratamento rigorosamente composicional, porque a tradução lógica da fórmula negativa comporta, além da negação, elementos que não estavam presentes

na fórmula afirmativa correspondente.

b) Entre abrir mão da composicionalidade e alterar a estrutura prefiro certamente alterar a estrutura. Não sei bem como isso deve ser feito, mas tendo a pensar, mais uma vez, que o problema tem a ver com o caráter “plural” do passado composto. É que, em outros contextos, aplicar uma negação a um plural resulta também em uma negação generalizada, dentro dos limites da classe definida pelo nome comum plural:

(168) [Segundo o professor de André Gide] as tartarugas não têm dentes.

(169) [O gerente disse aos operários que]A firma X não recebe encomendas desde o ano passado

(170) [A recomendação da polícia aos que embarcam nesse aeroporto é] não aceitar pacotes de estranhos

Em todos esses exemplos, fica claro que **(não) NC<sub>PL</sub>** equivale a **(não) um NC<sub>SING</sub> sequer**: um solitário dente perdido na boca da tartaruga, uma mísera encomenda recebida num final de expediente, um inofensivo pacote recebido de um senhor simpático na entrada do portão de embarque tornariam falsas as informações dadas pelo professor e e pelo gerente, e caracterizariam uma transgressão à recomendação da divisão anti-tráfego.

c) Finalmente, há interesse em relacionar os processos semânticos apontados nesta secção com o fato de que, em outros tempos, a aplicação da negação a um predicado pontual o transforma num predicado durativo - pelo menos para efeito do tipo de adjuntos de tempo que ele então aceita:

(171) Maria acordou às cinco horas (ok)

Maria acordou por cinco horas (agramatical, exceto talvez no sentido de que acordou e depois ficou acordada por...);

Maria acordou das cinco às sete (agramatical, exceto com valor iterativo)

etc.

(172) Maria não acordou às cinco horas (ok, como negação do predicado todo ou do rema às cinco horas)

Maria não acordou por cinco horas

Maria não acordou das cinco às sete.

O operador só, aplicado ao passado composto, resulta em operações análogas (até que ponto?) às que procurei exemplificar para a negação, e acrescenta mais algumas complicações. Assim, o último verso da quadrinha citada por Boléo, já lembrada neste trabalho

(173) À sombra do lindo céu / Jurei, tenho jurado / Não ter outros amores / Só a ti tenho amado

faz mais do que falar da existência de um amor duradouro: além disso, exclui também a existência de outros amores mais passageiros. Desdobrando seu sentido (*expondo-o* para usar um termo que lembra a teoria dos exponíveis) equivale a

(174) Tenho amado a ti e não tenho amado a ninguém diferente de ti.

Obviamente, é desejável que o tratamento teórico do passado composto que tentarei no final deste trabalho dê conta das várias operações aqui lembradas.

### **3.8. O passado composto: é possível um tratamento unificado?**

Pensando na segurança com que Gonçalves Viana qualificou o passado composto de “*passé répétitif*”, e na reação de Boléo que apontou para essa mesma forma um segundo valor durativo, é tentador perguntar se seria possível dar à semântica do passado composto um tratamento unitário. Essa preocupação é legítima, e os fatos levantados até aqui e as próprias indicações daqueles autores apontam para duas possíveis respostas, que tentarei formular explicitamente, menos para encaminhar uma escolha, do que para deixar claros os problemas que seria preciso superar.

Na primeira dessas linhas, tenta-se a caracterização unitária do passado composto dando realce a seu caráter durativo. Essa orientação se traduz em duas condições, das quais tudo mais precisará ser derivado:

- a) o passado composto faz necessariamente referência a um *período*;
- b) nesse período alguma coisa *dura*.

De certo modo já equacionei a primeira dessas condições ao reconhecer à construção de que venho tratando o papel de situar “fatos de um mesmo tipo” num intervalo que inicia no passado (portanto, o passado composto não é a-temporal, como acontece às vezes com o presente que indica hábito ou disposição) e inclui o momento de fala (no que se distingue do imperfeito). Para dar um correlato formal a essa descrição, considerei a proposta de Mac Cawley, que consistia em associar sistematicamente ao passado composto um intervalo, exigindo que esse intervalo, que se define como uma sequência de pontos, incluía o momento de fala.

Se nos perguntarmos o que dura no intervalo, a resposta é imediata para a maioria das sentenças com predicados de *state* e *activity*: eles se confirmam em todos os momentos do intervalo, ou seja, o intervalo exprime sua duração, até onde a sentença informa literalmente. As coisas se complicam com as sentenças que, embora contendo predicados de *state* ou *activity* implicam algum tipo de repetição (lembre-se dos exemplos “A televisão tem ficado ligada”, “O chefe tem sido inconveniente com as funcionárias”, “O chefe tem sido um funcionário de



carreira”) e, sobretudo com os casos em que o predicado é de *achievement* ou *accomplishment*.

Uma manobra que pode ter algum sucesso na tentativa de incorporar estes casos consiste em admitir que a tanto a repetição quanto a duração são manifestações de algum processo mais genérico e abstrato, a ser melhor caracterizado, que dura no período em questão. Poder-se-ia definir esse processo utilizando a relação “ser característico de”, estabelecendo que um *estado* ou *activity* é característico de um intervalo quando sua duração cobre o intervalo; e que um *accomplishment* ou *achievement* é por sua vez característico de um intervalo quando se repete nele com escalonamento no tempo. A idéia de que um predicado possa caracterizar um intervalo não é um artifício *ad hoc* para dar conta do passado composto; na realidade toda vez que um predicado pontual esbarra num adjunto durativo, ou se combina com uma forma durativa (presente, imperfeito...) a repetição é disparada, cp.

(181) Nesse filme antigo de faroeste, há uma cena de tiroteio em que os bandidos atiram no mocinho, e vice-versa, do 34º ao 38º minuto sem que ninguém deixe cair o chapéu.

(182) Nesse filme, Schwartznegger e Sharon Stone malham no chuveiro por seis minutos.

(183) De 1958 até morrer, José Reis escreveu a secção de Ciências da Folha.

(184) Durante o verão, X acordava na hora do almoço.

(185) As guias do INAMPS foram mandadas para Brasília.

(186) As guias do INAMPS foram mandadas para Brasília de 1964 a 1971 (iterativo).

(187) As guias do INAMPS têm sido mandadas para Brasília (iterativo).

Tem sido habitual tratar os adjuntos de tempo como indicadores do momento de referência de um predicado - este seria verdadeiro no momento indicado pelo adjunto. A proposta acima obriga a substituir “verdadeiro” por “característico” na definição de momento de referência, quando o adjunto é durativo. Afora essa consequência, a proposta acima equivale a aceitar as hipóteses de que o passado composto afeta a interpretação do predicado a que se aplica, exatamente como a presença explícita de um adjunto de duração o faria, e de que *tenho telefonado* exprime uma ação complexa, que resulta da repetição de telefonemas individuais, da mesma forma que, segundo Vendler e outros, a ação de governar seria o resultado da repetição, em intervalos variados, de ações particulares (como abrir a sessão corrente do Parlamento, participar de determinadas reuniões do Conselho de Estado, inaugurar esta ou aquela feira equina ...)

Não sei, porém, como resolver, nesta alternativa, as três formas de quantificação apontadas em 3.1.(lembrem-se os exemplos “Muitas pessoas têm assinado um livro” / “muitos novos assinantes têm recebido diariamente o jornal” / “Muitas pessoas têm morrido de acidente”). Como fica a agramaticalidade de “O diretor da divisão de águas tem sido um funcionário de

carreira” na hipótese de a divisão de águas ter tido até hoje um único diretor?

4.2. Numa outra linha de reflexão, oposta à que acabo de apontar, e que talvez recupere algo da ideia central de Gonçalves Viana, podemos tentar entender o passado composto como um tempo que remete a uma pluralidade de eventos passados do mesmo tipo. Podemos desdobrar essa tese nas duas condições seguintes:

a) O passado composto identifica uma certa proposição

b) Essa proposição se realiza em vários momentos do passado: ocorrem sucessivamente no passado fatos distintos, cada um dos quais torna verdadeira a proposição em questão.

O que chamo aqui de passado não é, evidentemente, um passado indeterminado, mas um passado que cobre um intervalo tal como como foi caracterizado em 3.5.; dadas essas condições, trata-se de reconstituir cada uso do passado composto como a indicação dos momentos em que a proposição por ele identificada será verdadeira. Ora, esse método nos defronta com uma grande dispersão:

Sentenças como “José tem tido problemas de saúde” servem, ao que tudo indica, para assertar a existência de momentos (ou intervalos) sucessivos e diferentes em que “José tem um problema de saúde”. Mas as sentenças negativas correspondentes, como vimos, fazem mais do que informar que há uma série de momentos (ou intervalos) em que José não tem problemas de saúde: se assim fosse, poder-se-ia afirmar sem contradição que José tem tido problemas de saúde no mesmo período em que não os tem tido, o que não é o caso. A mesma sentença negativa faz mais, também, do que indicar que não existe uma repetição de situações em que José teve problemas de saúde, porque se assim fosse poderíamos dizer sem contradição que José não tem tido problemas de saúde (negando a repetição), mas os teve numa ocasião particular: se essa interpretação fosse possível, (188) apareceria como uma sentença aceitável, o que não parece ser o caso.

(188) José não tem tido problemas de saúde desde que mudou para Campinas, mas os teve uma ou duas vezes nesse mesmo período.

mas a maneira como interpretamos o Passado Composto antecedido de negação exclui normalmente que o fato descrito se tenha produzido uma vez sequer: em outras palavras, é como se a negação, anteposta ao passado composto, nos informasse que, levantadas as ocorrências do fato relevante ao longo de todo o período de apuração, o dossiê em questão resulta do tipo “nada consta”. Dito de outra maneira, o que precisaríamos obter não são fórmulas que utilizam de algum modo a quantificação plural, como (189), mas fórmulas que tratam de generalização ou instanciação universal, como (190)

(189)  $\neg \exists^n t \in I (P t(S(j)))$

(190)  $\neg \exists t \in I (P t(S(j)))$

$\forall t \in I (\neg P t(S(j)))$

Que assim seja, não chega a ser uma surpresa depois da enfática defesa que fiz do passado composto como um plural: também a negação dos plurais não quantificados resulta normalmente em negar universalmente, como se vê em

(191) Rosa não tem amigas

que não pode ser coordenada sem contradição com

(192) Teresa é amiga de Rosa.

Parece, porém, descartado que possamos obter uma boa fórmula lógica para a sentença negativa, pela mera inserção do símbolo de negação em algum ponto da fórmula proposta para a sentença afirmativa.

Analogamente, não fica claro como se poderia dar um tratamento paralelo a “José tem tido problemas de saúde” e “José tem ficado hospitalizado”, esta última em interpretação durativa, e também dependente para sua expressão no formalismo que estamos utilizando, de uma quantificação universal.

É claro que os problemas com que estou-me defrontando aqui resultam do tipo de metodologia adotada: uma metodologia assumidamente pragmática poderia, neste ponto, recorrer a soluções mais fáceis. A que avento aqui é a seguinte: poderíamos estabelecer que o conjunto de momentos  $t_i$  em que  $P t(S(j))$  é, em um sentido a ser definido apenas com base em condições pragmáticas, *numeroso*. Poderíamos além disso estabelecer que os momentos em questão não são simplesmente momentos em que a proposição identificada é verdadeira, mas todos os momentos para os quais o falante dispõe de evidência segura de que a proposição identificada é verdadeira. Da verdade num conjunto relativamente numeroso de momentos, ou em todos os momentos para os quais o falante dispõe de evidências, para a totalidade dos momentos de um período, a passagem se faria por inferência convidada. O mecanismo seria, pois algo como:

“Se em todos os momentos em que pude verificar, que são numerosos, ele estava dormindo, então ele dormiu o tempo todo”

Quem quisesse defender essa solução poderia lembrar que a contradição fica contornada em (188) mediante pequenas modificações (por exemplo, o acréscimo de *sempre* depois de *tem tido*), e poderia lembrar que eu mesmo, em secção anterior, analisei “O menino tem ficado no quarto”, reconhecendo a possibilidade de “pequenas durações” constatadas, separadas por sub-intervalos sobre os quais a sentença é “non committal”, isto é, nada diz e nada exclui.

Eu não chamaria essa solução de errada, ou desonesta, até porque conheço muitas pessoas sérias que a endossariam. Digo apenas que não é o tipo de solução que eu gostaria de poder propor, e o motivo é que ela joga boa parte do peso da determinação do sentido literal das sentenças em questão para um recurso pragmático: ora, os sentidos das sentenças em questão são intuitivamente estáveis e portanto, por uma questão de princípio, devem poder ser calculados composicionalmente.

Aceitar os impasses a que se chega numa e noutra tentativa de unificação dos tratamentos é frustrante para quem acredita numa semântica composicional. Se, como tenho afirmado, a escolha por uma interpretação durativa ou iterativa do passado composto é determinada pelas características aspectuais do predicado a que o passado composto se aplica, seria desejável poder dispor de uma regra semântica que resultasse em duas interpretações distintas, dependendo de uma representação explícita da estrutura aspectual dos predicados com que a perífrase do passado composto se combina. Se a língua reúne num SN plural os argumentos de um predicado cuja repetição é indicada pelo passado composto, mas que, pela própria natureza da ação descrita, só pode aplicar-se a cada referente uma única vez, deve ser possível representar o singular correspondente a essa pluralização. O esquema fundamental a adotar nessas tentativas de formalização é o mesmo de toda semântica que adota o princípio de funcionalidade: da mesma forma que a função “é o dobro de” resulta em seis quando aplicada a três e em catorze quando aplicada a sete, trata-se de descrever a perífrase de passado composto como uma função que resulta em valores diferentes conforme o tipo de predicados a que é aplicada; trata-se por outro lado, de formular esses mesmos predicados de modo tal que a função “passado composto” possa reconhecer nas fórmulas que lhes correspondem, as características relevantes para calcular a interpretação correta. Está claro que não alcancei esse objetivo no que precede, pois tanto 4.1. como 4.2 propõem conclusões que implicam em abdicar da plena composicionalidade.

Uma possibilidade a ser considerada neste ponto é que o formalismo de que lancei mão não fosse adequado - uma hipótese que leva à busca de uma formalização alternativa. Qual?

## **5. Busca de um formalismo adequado: a lição dos plurais.**

### **5.1. Passado composto, nomes massivos e nomes contáveis.**

Há em Português alguns quantificadores, como *muito*, *pouco*, *mais*, *menos uma porção de...* que resultam em interpretações diferentes conforme são aplicados nomes comuns contáveis ou não-contáveis. Assim, *mais açúcar* estabelece uma comparação entre quantidades de uma substância contínua, e *mais pregos* compara quantidades descontínuas (no sentido de que somente neste segundo caso se pode falar de conjuntos de objetos com cardinalidade maior ou menor). Parece-me significativo que haja quantificadores que transitam livremente entre nomes contáveis e não contáveis, um fato a que a literatura linguística, tem dado alguma

atenção, mostrando - o que é essencial aqui - que o quantificador é o mesmo nos dois usos (ver, por exemplo, MCCAWLEY, (1981)). Parece-me possível estabelecer uma correlação entre esses quantificadores, que transitam entre contáveis e não contáveis, de um lado, e o passado composto, enquanto forma que pode aplicar-se a eventos pontuais e eventos cuja estrutura aspectual é durativa. Nessa perspectiva, o passado composto pode também ser encarado como um “quantificador que transita”, e as soluções encontradas para mostrar a dupla interpretação que aqueles quantificadores obtêm conforme são aplicados a nomes “contáveis” ou “massivos” podem, ao que tudo indica ser transferidas para a análise da forma verbal de que me ocupo aqui. Em certo sentido, trata-se, pois, de tomar contacto com a semântica de um tipo de nomes - os “massivos” - que têm sido vistos pelas gramáticas como problemáticos e talvez menos fundamentais (o que não significa que não haja observações a respeito - vejam-se por exemplo as observações de Quine, em *Word and Object*, sobre sentenças como “Water is widespread”).

## 5.2. Massivos e plurais na bibliografia recente

Como introdução ao estudo dos nomes massivos e a suas relações com os plurais, retomo aqui a excelente exposição de Novais (1992)). Nessa exposição, comparam-se três trabalhos que constituem referência obrigatória para o assunto, a saber, ter Meulen (1980), Link (1983) e Bunt (1985). Ao fixar os parâmetros da comparação dessas obras, o texto de Novais deixa claro que a distinção entre a referência contável e massiva é simultaneamente um problema sintático, ontológico, semântico e técnico (no sentido da elaboração do formalismo mais adequado), e que as decisões tomadas em cada um desses níveis têm repercussões sobre os demais. Uma opção sintática delicada consiste em decidir se a referência contável e a referência massiva corresponderiam a uma caracterização rígida de nomes ou seriam duas estratégias de referência sempre disponíveis ao locutor: a agramaticalidade de

(201) \* O Manuel pisou três lamas no jardim,

em que lama apareceu precedido de um quantificador numeral pareceria apontar para a primeira opção; mas a existência de exemplos como (202), (203) e (204)

(202) Esta salada tem muita cebola.

(203) Esta salada tem duas cebolas.

(204) A tinta de esmalte da Robiallac é a mais durável.

e sobretudo como

(205) O peixe é um alimento muito saudável

(206) Ao jantar comemos peixe

(207) Alguns peixes só se pescam no alto mar

leva, quase inevitavelmente a considerar a referência massiva ou contável como uma característica não dos substantivos enquanto entidades lexicais, mas dos sintagmas ou termos de uma oração, além de favorecer a idéia de estratégias alternativas de referência (note-se que em (206) pode estar em jogo mais ou menos de um peixe).

Uma questão ontológica que divide os três tratamentos é saber se os nomes abstratos, que obedecem a algumas das restrições sintáticas aplicáveis aos massivos não deveriam ser encarados como uma sub-classe destes últimos. Essa questão tem sérias implicações semânticas porque o enfoque escolhido pode forçar a adoção de uma semântica intensional. Outro problema “ontológico” surge no tratamento dos massivos, quando se considera que as expressões “meu anel” e “o ouro de que meu anel é feito” remetem a entidades diferentes (um indivíduo ou “entidade primária”, num caso, e uma entidade “não-primária” no outro), mas apontam exatamente para o mesmo segmento espaço-temporal. Todos os três autores são sensíveis a esses problemas filosóficos, mas enquanto Meulen se compromete a tratar das assunções filosóficas dos falantes, ao mesmo tempo que descreve seu uso da língua (o que a leva a um modelo em dois níveis), Bunt e Link deixam que o funcionamento da língua arbitre a ontologia, uma orientação que o último resume nesta espécie de máxima: “Our guide in ontological matters has to be language itself”.

Nas soluções técnicas propostas, os três autores coincidem em basear suas análises dos massivos na teoria dos conjuntos. Essa decisão implica, entre outras coisas, em tratar as porções de uma mesma substância que existem “espalhadas pelo mundo” (por exemplo, todas as porções de água) como sendo, em algum sentido “indivíduos” ou “elementos” independentes. A relação elementos/conjunto é logicamente distinta da relação parte/todo que está na base da mereologia (o estudo lógico dos “todos mereológicos”) ciência que surgiu na década de ‘20 com o lógico polonês Lesniewski, e foi elaborada na década de ‘60 os filósofos americanos Leonard e Goodmann. À parte a disposição de basear-se na teoria dos conjuntos, os três autores procuram soluções pessoais para superar o impasse constituído pelo fato de que há algo profundamente contra-intuitivo em encarar como conjuntos porções estendidas de substâncias. Aqui, interessa-nos considerar mais de perto o tratamento de Link, porque sua “adaptação” da teoria dos conjuntos clássica no dizer de Novais (1992:26) tornaria “não só possível como desejável fornecer um tratamento uniforme da semântica dos termos massivos e dos plurais com recurso à linguagem conjuntista”.

Segundo Link, o que permite unificar o tratamento dos plurais e dos massivos é a propriedade, comum a ambos, que ele denomina “referência cumulativa”, e que pode ser exemplificada por usos como os seguintes:

(208) If *a* is water and *b* is water, then the sum of *a* and *b* is water.

(209) If the animals in this camp are horses and the animals in that camp are horses, then the animals in both camps are horses.

O que conta aqui é que o acréscimo de uma porção de água a algo que já era água resulta ainda em água, da mesma forma que o acréscimo de um ou mais animais a um conjunto de animais resulta ainda em animais. Em outras palavras, os nomes massivos e os plurais reagem igualmente à soma, apresentando uma propriedade de fechamento. Em termos matemáticos, esse fechamento transforma o universo de discurso em uma estrutura booleana, e permite que a extensão dos predicados que se definem sobre esse universo seja representada por meio de reticulados.

O recurso ao enfoque de Link traz, pois, como vantagem básica, a possibilidade de contar com uma semântica em que os nomes de massa e os contáveis plurais recebem o mesmo tratamento, o que aponta, intuitivamente, para a possibilidade de superar a divisão dos usos do passado composto em durativos e iterativos. Esse tratamento uniforme se consegue na medida em que a referência de ambos é caracterizada mediante a noção matemática de reticulado. O reticulado em questão é gerado pelo conjunto de objetos individuais que satisfazem um determinado predicado.

Assim, se quisermos representar o singular e o plural da palavra *batatas*, teremos que referir-nos ao conjunto das batatas: a referência do singular *batata* será cada um dos conjuntos unitários que compreendem uma única batata; trata-se dos conjuntos que, no reticulado, ocupam a posição mais próxima do conjunto vazio; a referência do plural será cada uma das join semi-lattices *batatas* acima disso. Se quisermos considerar os usos não contáveis da palavra *batata*, tais como o exemplificado em “sua alimentação é à base de batata”, deveremos entender que sua extensão é a join semi-lattice gerada pelo conjunto cujos elementos são todas as porções atômicas de batata. A intuição fundamental de que os plurais e os massivos são “fechados” (no sentido de que o acréscimo à referência de um plural de um ou mais indivíduos com as mesmas características resulta em uma coleção que ainda recai na referência do mesmo plural, ou de que o acréscimo de mais porções de uma mesma substância à referência de um nome não contável resulta num objeto que ainda recai na referência do mesmo nome não contável é captada no enfoque de Link pela propriedade matemática do fechamento, que é própria (entre outras estruturas booleanas) dos reticulados: operando matematicamente sobre reticulados A e B que são parte do reticulado C gerado por um conjunto determinado de objetos, obtemos como resultado um reticulado D que é ainda parte do mesmo reticulado C. (Uma operação booleana para a qual a noção de fechamento é, talvez, mais intuitiva é a soma, quando aplicada aos números naturais: a despeito de esse conjunto ser infinito, o resultado de aplicar a operação a dois números quaisquer, resulta sempre num novo número que ainda pertence ao conjunto dos números naturais).

Outra vantagem do tratamento de Link é a possibilidade de definir vários tipos de plurais, e na realidade, de caracterizar várias operações de soma. Nesse tratamento, a distinção que fiz intuitivamente em algumas passagens anteriores entre uma leitura cumulativa e uma leitura distributiva é objeto de tratamento sistemático, que se justifica em confronto com

outros tratamentos do plural. Finalmente, Link fornece uma orientação muito clara de como o tratamento do número dos nomes comuns pode ser incorporado à gramática de Montague.

### 5.3 Próximos passos

A adoção da semântica dos plurais e massivos proposta por Link, é em certo sentido o primeiro de uma série de passos que serão dados, daqui até o final deste trabalho, no sentido de uma descrição satisfatória da semântica do passado composto português. Para maior conforto meu e do leitor, descrevo aqui esses passos:

1) *Escolha das entidades a pluralizar*. O recurso à semântica de Link é a decorrência direta de *encarar o passado composto como um plural* - Desde que um plural se aplique a entidades contáveis ou massivas, torna-se plausível a expectativa de obter um efeito de enumeração discreta, num caso, e de acumulação contínua no outro, e isso é ao que tudo indica a resposta que venho buscando para o impasse descrito na Secção 4. Mas uma vez decidido que o passado composto pluraliza, mas não é de todo evidente que tipo de entidades devem ser pluralizadas: a) Pode-se pensar em pluralizar os próprios eventos, na linha da proposta davidsoniana de encara-los como argumentos de predicados de primeira ordem. A adotar-se essa linha, parece inevitável categorizar as expressões que remetem a eventos em contáveis e não contáveis, como Link faz para os nomes comuns. b) A outra alternativa é pluralizar o tempo ocupado pelos eventos, o que levaria a aplicar a distinção contável/não contável e o tratamento que ela recebe em Link (1983) não aos eventos enquanto tais, mas às determinações temporais que acompanham cada predicado - momentos (ou intervalos que se reduzem a momento) no caso de predicados momentâneos, e intervalos (que por definição não se reduzem a momentos) no caso de predicados durativos. Ao adotar esta segunda linha, parece necessário que a fórmula “temporal” de cada predicado exiba seu esquema aspectual (essencialmente: seu caráter pontual ou durativo) no momento em que a regra semântica do passado composto for aplicada.

2) *Acomodar a solução de Link com a de Davidson* - Seja qual for a opção adotada para o problema descrito em 1), conciliar a descrição de eventos (lembre-se, de um lado a relativa variedade das fórmulas que representam eventos, de outro, a grande quantidade de determinações que podem incidir sobre eles) com as ideias de Link sobre plurais e massivos, sem esvaziar nenhum dos aspectos relevantes exige uma teoria semântica de fundo que seja não só explícita, mas também dotada de grande versatilidade. Penso que essa semântica só pode ser a de Montague. Como já mencionei, o texto de Link trata claramente de sua própria incorporação à semântica de Montague; trata-se por outro lado, de verificar como uma linguagem de tipos suplementada pelo cálculo lambda acomodaria a intuição de Davidson sobre estrutura das sentenças de ação (e de estado, e de atividade...), o tratamento das determinações temporais, etc.

3) *Formular as regras semânticas do Passado Composto* - Cumpridas essas duas primeiras etapas, uma caracterização menos provisória do papel semântico do passado composto poderá



ser tentada. Ao invés do ineficiente operador PC, o ideal seria chegar a fórmulas mais explícitas de IL (ainda que essas fórmulas tivessem que ser longas, pouco sintéticas) através de boas regras de tradução. Da caracterização semântica que essas regras devem dar ao passado composto espera-se, evidentemente,

- a) que seja totalmente explícita;
- b) que formule de maneira descritivamente adequada as condições de verdade das sentenças que o utilizam
- c) que contemple a semântica do passado composto em toda a sua complexidade.

Procurei mostrar que a negação, os adjuntos de tempo e frequência, a cardinalidade do conjunto de eventos, a extensão do período de apuração etc. são fatores dessa complexidade os adjuntos de tempo e frequência.

4) *Checagem da adequação descritiva* - Por fim, não se pode esquecer que o passado composto, embora tenha sido objeto, ao longo deste trabalho, de uma atenção quase exclusiva, é parte integrante de um paradigma maior - penso não só na série de “tempos” formados pelo auxiliar *ter*, mas no conjunto das oposições “temporais”, estabelecidas com os demais “tempos” simples ou compostos. Direta ou indiretamente, o passado composto se opõe a uma série de outras formas, simples ou compostas, que compartilham com ele algumas propriedades significativas e divergem por outras. Uma teoria semântica do passado composto não resiste se não der conta satisfatoriamente dessas oposições. Esse não é aliás o único parâmetro de adequação descritiva: ao invocar algumas tentativas de tratar numa perspectiva unificada de nomes contáveis e massivos, toquei de passagem na variedade de interpretações a que se prestam os plurais. Link (1983) é particularmente sensível a essa questão, e seria no mínimo falta de expediente não investigar se as consequências da definição dada são satisfatórias a este respeito.

Fica, assim, definido, um programa de quatro pontos que, juntos, balizam um possível tratamento do passado composto.

Para levar a bom termo esse tratamento, parece-me necessário não só realizar uma cuidadosa revisão da Gramática de Montague e da bibliografia sobre tempo e aspecto, mas ainda adquirir um domínio autenticamente operacional de alguns desenvolvimentos da Semântica Formal que estão sendo progressivamente assimilados por nossos linguistas. Refiro-me sobretudo à Semântica dos Plurais, aos possíveis tratamentos dos nomes Massivos e Contáveis, e à teoria matemática dos Reticulados, que dá suporte a esses tratamentos. É previsível que, no decorrer do processo, eu terei que optar entre várias maneiras de focar a quantificação, e isso é impraticável hoje sem um conhecimento operacional de Quantificadores Generalizados.

Tenho consciência de que o tema escolhido e o enfoque adotado levam a questões cada vez mais complexas. Ao invés de encarar essa complexidade crescente como um problema, tendo

a crer que a construção que resolvi estudar - o passado composto - é um tema suficientemente rico e interessante para que eu possa, através dele, realizar de maneira gratificante o esforço de atualização em semântica de que venho sentindo a necessidade.

### Referências

ANDERSON, J. *An Essay concerning aspect*. Haia: Janua Linguarum (series minor, nº 167), 1973.

ANDERSON, L. The 'Perfect as a Universal and as a Language-Particular Category. In Hopper, P. (org.) *Tense and aspect: between semantics and pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, pp. 227-264.

BARWISE, J.; COOPER, R. Generalized Quantifiers and Natural Language. *Linguistics and Philosophy* 4, 1981, pp. 159-219.

BENNETT, M. *A guide to the logic of tense and aspect in English*. (manuscrito), 1977.

\_\_\_\_\_. *Towards the logic of tense and aspect in English*. Bloomington: IULC, 1978

\_\_\_\_\_. Of tense and aspect: one analysis. In Tedeschi, P. & Zaenen A. (orgs). *Syntax and Semantics. Volume 14. Tense and Aspect*. New York: Academic Press. pp. 13-30, 1981.

BOLÉO, M. P. *O pretérito e o perfeito em português, em confronto com as outras línguas românicas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1937.

BUNT, H. C. *Mass terms and model-theoretic semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CARLSON, L. Aspect and quantification. In Tedeschi, P. & Zaenen A. (orgs). *Syntax and Semantics. Volume 14. Tense and Aspect*. New York: Academic Press. pp. 31-64, 1981.

CHIERCHIA, G. e MC CONNEL-GINET, S. *Meaning and Grammar, An Introduction to Semantics*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

DAVIDSON, D. The Logical Form of Action Sentences. In: Rescher (ed.) *The Logics of Decision and Action*. Pittsburgh: P.U.P., 1967.

DIAS DA COSTA, A. Periphrastic verbal expressions in portuguese. In Schmidt-Radefeldt, *Readings in Portuguese Linguistics*. North Holland. 1976, pp.187-244. .

DOWTY, D. *World Meaning and Montague Grammar Semantics*. Dordrecht: Reidel, 1979.

DOWTY, D., WALL, R. & PETERS, S. *Introduction to Montague Semantics*. Dordrecht: Reidel, 1981.

DRAGHICESCU, S. Quelques observations sur la valeur du passé simple et du passé composé en français et en roumain. *Actele celui de-al XII-lea Congres International de Linguistica si*

*Filologie Romanica*. Bucureste, pp. 455-463, 1969.

DUFROMONT, H. *Les construccions perfectives du verbe anglais contemporain, étude comparée de l' aspect transcendant dans les systèmes verbaux anglais et français*. Haia: Mouton (Iana Linguarum, Series Practica, n° 185), 1973.

GUENTHER, F. Time schemes, tense logic and the analysis of English tenses". In Guenther & Sachs (org.), *Formal Semantics and Pragmatics for Natural Languages*. Dordrecht: Reidel, 1979, pp.201-222.

HOGG, R. M. *English quantifier system*. Amsterdam, N.York: North Holland,1977.

ILARI, R. e I.Mantoanelli. As formas progressivas do português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 5: pp. 27-60, 1983.

KELLER, D. Cognition and the acquisition of temporal reference. *CLS* 10, 310-320, 1974.

LANGACKER, R. Remarks on English aspect. In Hopper, P. (org.) *Tense and aspect: between semantics and pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins,1982, pp. 265-304.

LASSERSOHN, P. *Plurality, Conjunctions and Events*. Dordrecht: Kluwer, 1995.

LINK, G. The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms: A Lattice-theoretical Approach. In: BÄUERLE, R.; SCHWARZE, C.; STECHOW, A. (Ed.) *Meaning, Use, and Interpretation of Language*. Berlin: W. de Gruyter, pp.302-322, 1983.

MCCAWLEY, J.D. *Everything that Linguists have Always Wanted to Know about Logic, but they were ashamed to ask*. Chicago: Chicago U.P, 1981.

MEULEN, A. *Substances, quantities and individuals - A study in the formal semantics of mass terms*. Bloomington: Indiana University Linguistic Club, 1980.

MIRA-MATEUS, M.H. The Portuguese perfect indicative, a generative approach. In: Schmidt-Radefeldt, *Readings in Portuguese Linguistics*. North Holland. pp.397-424, 1976

MARTIN, J. N. *Elements of Formal Semantics*. New York: Academic Press, 1987.

MONTAGUE, R. (1970). The Proper Treatment of Quantification in English". In Thomason, R. (org.) *Formal Philosophy. Selected Papers of Richard Montague*. Yale University Press, 1974, pp. 247-269.

MORGADO, J. *Introdução à Teoria dos Reticulados*. 2 vols. Boletins 10 e 11 do Instituto de Física e Matemática da Universidade do Recife, 1962.

NOVAIS, M. C. Aspectos da Referência Massiva. *Cadernos de Semântica*, n° 3 do Projecto JNICT-PCSH/C/LIN/212/91) Fac. de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

PLATTS, M.de B. *The Ways of Meaning, An Introduction to a Philosophy of Language*. London, Boston / Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979.

- QUILIS, A. (org.) Actas del XI Congreso de Lingüística y Filología Románicas. *Revista de filología española*, anejo; 37. Madrid: CSIC, 1968.
- REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logics*. New York, Macmillan, 1947.
- SALII, V.N. *Lattices with unique complements*. Providence: American Mathematical Society, 1988.
- SKUBIK, M. Pretérito simple y compuesto en los primeros textos castellanos. *Actas del XI Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románicas*, IV, pp. 1.891-1.901, 1968.
- SPEARS, A. K. On the notion of occasion and the analysis of aspect. *CLS*, 10, 1974, 672-684.
- SZÁSZ, G. *Théorie des Treillis*. Paris: Dunod, 1971.
- TIMBERLAKE, A. Invariance and the syntax of Russian aspect. In Hopper, P. (org.) *Tense and aspect: between semantics and pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, pp. 305-331.
- VENDLER, Z. *Linguistics and Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
- VERKUYIL, D. Temporal prepositions as quantifiers. In Kiefer / Ruwet, *Generative Grammar in Europe*. Dordrecht: Reidel, 1973, pp.581-615.
- VIANA, A. R. G. *Le Portugais: Phonétique et Phonologie, Morphologie, Textes*. Leipzig, Teubner.1903